

VDQ HOLDINGS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2015

VDQ HOLDINGS S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Conselho de Administração e aos Acionistas da
VDQ Holdings S.A.
Barretos - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da VDO Holdings S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem os balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da VDO Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à VDO Holdings S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

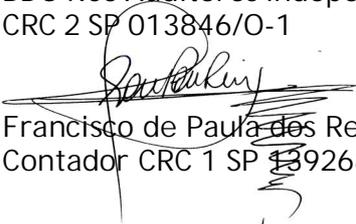


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de janeiro de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Francisco de Paula dos Reis Junior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

VDQ HOLDINGS S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.491	15.817	2.755.419	2.490.197
Contas a receber de clientes	6	-	-	766.185	457.996
Estoques	7	-	-	434.748	467.635
Ativos biológicos	8	-	-	203.353	173.381
Tributos a recuperar	9	2.068	803	680.560	561.120
Partes relacionadas	11	193.642	240.886	193.642	240.886
Outros recebíveis		-	1.300	181.916	148.352
Total do ativo circulante		<u>201.201</u>	<u>258.806</u>	<u>5.215.823</u>	<u>4.539.567</u>
Não Circulante					
Outros recebíveis		-	91.401	58.911	129.237
Tributos a recuperar	9	-	-	263.870	233.846
Ativos fiscais diferidos	10	-	-	244.639	248.929
Depósitos judiciais		-	-	11.261	12.419
Investimentos	12	-	137.878	-	-
Imobilizado	13	-	-	2.091.368	1.796.755
Intangível	14	-	-	627.377	636.812
Total do ativo não circulante		<u>-</u>	<u>229.279</u>	<u>3.297.426</u>	<u>3.057.998</u>
Total do ativo		<u><u>201.201</u></u>	<u><u>488.085</u></u>	<u><u>8.513.249</u></u>	<u><u>7.597.565</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VDQ HOLDINGS S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	275.796	274.876	1.822.310	1.021.729
Debêntures Conversíveis		-	-	-	91.497
Fornecedores	16	-	-	478.813	559.935
Obrigações trabalhistas e tributárias	17	79	9	99.922	89.973
Outras contas a pagar		-	-	918.213	483.187
Total do passivo circulante		275.875	274.885	3.319.258	2.246.321
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	60.000	5.461.453	4.662.087
Debêntures Conversíveis		-	-	-	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	17	-	-	20.242	22.967
Provisões para contingências	20	-	-	19.028	25.784
Provisões para perdas em investimentos	12	126.245	-	-	-
Partes relacionadas	11	-	-	-	-
Contas a Pagar		-	-	63.856	53.071
Passivos fiscais diferidos	18	-	-	86.833	91.460
Total do passivo não circulante		126.245	60.000	5.651.412	4.855.369
Patrimônio líquido					
Capital social	21	17.367	17.367	17.367	17.367
Reservas de reavaliação		20.385	19.677	20.385	19.677
Reservas de lucros		-	100.713	-	100.713
Prejuízos acumulados		(196.199)	-	(196.199)	-
Outros resultados abrangentes		(42.472)	15.443	(42.472)	15.443
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		(200.919)	153.200	(200.919)	153.200
Participação de não controladores		-	-	(256.502)	342.675
Total do patrimônio líquido		(200.919)	153.200	(457.421)	495.875
Total do passivo e patrimônio líquido		201.201	488.085	8.513.249	7.597.565

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VDO HOLDINGS S.A

Demonstração do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Receita operacional líquida	24	-	-	9.524.797	6.987.230
Custo dos produtos vendidos		-	-	(7.601.939)	(5.633.655)
Lucro bruto		-	-	1.922.858	1.353.575
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas vendas		-	-	(691.794)	(512.082)
Despesas administrativas e gerais		(73)	(76)	(285.000)	(226.392)
Outras receitas operacionais		-	(1)	(887)	(21.625)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		(73)	(77)	945.177	593.476
Despesas financeiras	25	(11.559)	(16.986)	(651.050)	(636.543)
Receitas financeiras	25	12.873	17.144	111.394	87.991
Variação cambial líquida	25	-	-	(1.126.698)	(464.438)
Receita (despesas) financeiras líquidas		1.314	158	(1.666.354)	(1.012.990)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(263.198)	(120.182)	-	-
Redução ao valor recuperável de ativo	14	-	-	(23.498)	-
Resultado antes dos impostos		(261.957)	(120.101)	(744.675)	(419.514)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18	(272)	(14)	(51.171)	(7.540)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18	-	-	(3.140)	8.903
Prejuízo do exercício antes da participação dos acionistas não controladores		(262.229)	(120.115)	(798.986)	(418.151)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		(262.229)	(120.115)	(262.229)	(120.115)
Acionistas não controladores		-	-	(536.757)	(298.036)
Prejuízo do exercício		<u>(262.229)</u>	<u>(120.115)</u>	<u>(798.986)</u>	<u>(418.151)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VDO HOLDINGS S.A

Demonstração do resultado abrangente Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo do exercício	(262.229)	(120.115)	(798.986)	(418.151)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira	(60.137)	14.752	(122.815)	36.583
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	(60.137)	14.752	(122.815)	36.583
Resultado abrangente total	(322.366)	(105.363)	(921.801)	(381.568)
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(322.366)	(105.363)	(322.366)	(105.363)
Acionistas não controladores	-	-	(599.435)	(276.205)
Resultado abrangente total	(322.366)	(105.363)	(921.801)	(381.568)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VDO HOLDINGS S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2014	17.367	19.677	100.713	-	15.443	153.200	342.675	495.875
Prejuízo do exercício	-	-	-	(262.229)	-	(262.229)	(536.757)	(798.986)
Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	(60.137)	(60.137)	(122.815)	(182.952)
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	(262.229)	(60.137)	(322.366)	(659.572)	(981.938)
Realização da reserva de reavaliação	-	(2.123)	-	3.216	-	1.093	-	1.093
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(100.713)	100.713	-	-	-	-
Variação na participação em controlada	-	2.831	-	(37.899)	2.222	(32.846)	60.395	27.549
Saldos em 31 de dezembro de 2015	17.367	20.385	-	(196.199)	(42.472)	(200.919)	(256.502)	(457.421)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VDO HOLDINGS S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013	17.367	24.970	134.614	-	(5.523)	171.428	287.455	458.883
Prejuízo do exercício	-	-	-	(120.115)	-	(120.115)	(298.036)	(418.151)
Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	14.752	14.752	36.583	51.335
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	(120.115)	14.752	(105.363)	(261.453)	(366.816)
Aquisição de participação em controlada	-	-	-	84.656	5.187	89.843	-	89.843
Realização da reserva de reavaliação	-	(650)	-	985	-	335	-	335
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(33.901)	33.901	-	-	-	-
Variação na participação em controlada	-	(4.643)	-	573	1.027	(3.043)	316.673	313.630
Saldos em 31 de dezembro de 2014	17.367	19.677	100.713	-	15.443	153.200	342.675	495.875

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VDO HOLDINGS S.A

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(262.229)	(120.115)	(798.986)	(418.151)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	-	-	74.776	59.330
Varição na participação de não controladores	-	-	(62.420)	(55.220)
Valor justo de ativos biológicos	-	-	7.502	(31.754)
Realização dos tributos diferidos - diferenças temporárias	-	-	3.140	(8.903)
Redução ao valor recuperável de ativo	-	-	23.498	-
Resultado de equivalência patrimonial	263.198	120.182	-	-
Encargos financeiros	26.932	10.510	817.430	500.282
Variação cambial não realizada	436	6.378	1.216.874	464.106
Provisão para contingências	-	-	(6.756)	(10.823)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	1.300	(1.300)	(345.934)	(183.466)
Estoques	-	-	34.364	(153.568)
Ativos biológicos	-	-	(29.582)	(62.286)
Tributos a recuperar	(1.265)	(158)	(148.398)	(128.588)
Depósitos judiciais	-	-	1.158	(517)
Fornecedores	-	-	(92.997)	149.567
Obrigações trabalhistas e tributárias	70	(688)	6.811	5.944
Outras contas a pagar	-	-	404.266	152.719
	<u>28.442</u>	<u>14.809</u>	<u>1.104.746</u>	<u>278.672</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>28.442</u>	<u>14.809</u>	<u>1.104.746</u>	<u>278.672</u>
Fluxo de caixa decorrente de atividade de investimento				
Aquisição de de controlada menos disponibilidade na aquisição	-	-	(46.059)	(46.321)
Aquisição de intangível	-	-	(14.063)	(37.644)
Aquisição de imobilizado	-	-	(301.673)	(269.166)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-	(361.795)	(353.131)
Fluxo de caixa decorrente de atividade de financiamento				
Empréstimos e financiamentos tomados	880.000	431.660	2.467.714	3.005.610
Empréstimos e financiamentos liquidados	(966.013)	(291.247)	(2.901.636)	(1.933.605)
Debêntures conversíveis em ações	-	-	(91.497)	(25.173)
Partes relacionadas	47.245	(149.718)	47.690	(140.994)
Aquisição de participação em controlada	-	-	-	84.656
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(38.768)</u>	<u>(9.305)</u>	<u>(477.729)</u>	<u>990.494</u>
(Redução)/aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(10.326)</u>	<u>5.504</u>	<u>265.222</u>	<u>916.035</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.817	10.313	2.490.197	1.574.162
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.491	15.817	2.755.419	2.490.197
(Redução)/aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(10.326)</u>	<u>5.504</u>	<u>265.222</u>	<u>916.035</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A A VDO Holdings S.A (“Companhia”) é uma Sociedade anônima regida pelo disposto em seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), alterada pela Lei nº 11.638/07. Tem sede e foro na cidade de Barretos/SP, na Rua 28, n.º 015, sala 4.

A Companhia tem por objeto social a gestão de participações societárias e administração de bens próprios.

As operações da Companhia são representadas substancialmente pela sua participação na Minerva S.A., uma companhia de capital aberto listada no nível “Novo Mercado” de governança corporativa e tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores de São Paulo, sob o código “Beef3”. As principais atividades dessa controlada incluem o abate e processamento de carnes; venda e exportação de carnes in natura resfriadas, congeladas, processadas; e exportação de boi vivo.

Controlada direta:

A Minerva S.A. tem sua sede social localizada em Barretos (SP), com unidades de produção localizadas em José Bonifácio (SP), Palmeiras de Goiás (GO), Batayporã (MS), Araguaína (TO), Goianésia (GO), Barretos (SP), Campina Verde (MG), Janaúba (MG). Os centros de distribuição para o mercado interno estão localizados nas cidades de Aparecida de Goiânia (GO), Brasília (DF), Viana (ES), São Paulo (SP), Araraquara (SP), Araguaína (TO), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Uberlândia (MG) e Cabo de Santo Agostino (PE).

Em 31 de dezembro de 2015, o parque consolidado industrial da Companhia tinha uma capacidade diária de abate de 17.330 cabeças e de desossa de 3.154 toneladas levando em consideração as seguintes controladas: cinco localizadas no exterior Pul S/A e Frimacar S/A (ambas no Uruguai-UY), Red Cárnica S.A.S e Red Industrial Colombiana S.A.S (ambas na Colômbia-CO) e a Frigomerc S/A no Paraguai- PY e duas controladas situadas no Brasil-BR- Minerva Alimentos e Mato Grosso Bovinos. Todas as plantas estão em conformidade com os requisitos sanitários para exportar para diversos países nos 5 Continentes. A unidade fabril de Barretos (SP) conta com uma linha de industrialização de carnes (cubedbeef e roastbeef), principalmente para exportação.

Controladas indiretas localizadas no Brasil

- Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A: localizada em Rolim de Moura no estado de Rondônia (Brasil), opera no abate e processamento de carne bovina e também conta com um centro de distribuição para atendimento ao mercado interno.

- Mato Grosso Bovinos S.A.: adquirida em outubro de 2014, contendo duas plantas frigoríficas localizadas nas cidades de Várzea Grande e Mirassol D'Oeste, ambas no estado do Mato Grosso (Brasil). Opera no abate e processamento de carne bovina, com atuação nos mercados interno e externo;
- Minerva Dawn Farms S.A (Minerva Fine Foods): Iniciou suas atividades em 2009 estando localizada em Barretos (SP). Produz em diversas escalas e comercializa produtos à base de carne bovina, suína e de frangos e atende à demanda interna e externa no segmento de "Food Services" e, atualmente, aproximadamente 81% de suas vendas são realizadas no mercado doméstico.
- Cia Sul Americana de Pecuária S.A.: Iniciou suas atividades em 2014 estando localizada em Barretos (SP), tendo como suas principais atividades, explorar a pecuária e a agropecuária mediante a criação e comercialização de gado vivo, ovino, suíno e outros animais vivos.
- Transminerva Ltda.: localizada em Barretos (SP) opera no transporte de cargas atendendo à Companhia reduzindo seus gastos de fretes no país.

Controladas indiretas localizadas no exterior:

- PUL S.A: frigorífico adquirido em janeiro de 2011, está localizado na Província de Cerro Largo, próximo à capital Melo, no Uruguai (UY). Opera no abate e desossa, com 89% de suas vendas destinadas ao mercado externo, principalmente os mercados Norte Americano e o Europeu;
- Frimacar S.A: frigorífico adquirido em abril de 2014, localizado em Montevidéu no Uruguai (UY). Opera no abate, desossa e processamento de carne bovina e ovina, com aproximadamente 84% de suas vendas destinadas ao mercado externo;
- Lytmer S.A: Sediada em Montevidéu no Uruguai (UY), tem como atividade principal a venda de gado vivo para o mercado externo.
- Friasa S.A: frigorífico localizado em Assunção no Paraguai (PY) e opera no abate, desossa e processamentos de carnes com atuação nos mercados internam e externo;
- Frigomerc S.A: frigorífico adquirido em outubro de 2012, localizado em Assunção no Paraguai (PY). Opera no abate, desossa e processamento de carnes, com atuação no mercado interno e externo;
- Red Cárnica SAS: frigorífico adquirido em julho de 2015, localizado em Ciénaga de Oro, próximo de Montería, região de Córdoba na Colômbia (CO). Opera no abate, desossa e processamento de carnes, com atuação no mercado interno e externo;
- Red Industrial Colombiana SAS: planta adquirida em julho de 2015 localizada em Ciénaga de Oro, próximo de Montería, região de Córdoba na Colômbia (CO), cujo objeto principal é o de elaboração de produtos para animais, especificamente, farinha de carne/osso, sangue e sebo;
- Minerva Middle East: Escritório localizado no Líbano para fins de comercialização e vendas de produtos da Companhia;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

- Minerva Colômbia SAS: sediada em Barranquilla na Colômbia tendo como atividade principal a venda de gado vivo para o mercado externo;
- Minerva Live Cattle Export SPA: Sediada em Santiago, Chile, tendo como atividade principal a venda de gado vivo para o mercado externo;
- Minerva Foods Chile SPA: Sediada em Santiago, Chile, tendo como atividade principal a comercialização e vendas de produtos da Companhia;

Controladas indiretas com Propósito Específico (EPE) para captação de recursos financeiros:

- Minerva Overseas I: localiza-se nas Ilhas Cayman, constituída em 2006 para emissão de "Bonds" e recepção dos respectivos recursos financeiros de US\$ 200 milhões ocorrido em janeiro de 2007;
- Minerva Overseas II: localiza-se nas Ilhas Cayman, constituída em 2010 para emissão de "Bonds" e recepção dos respectivos recursos financeiros de US\$ 250 milhões ocorrido naquela data;
- Minerva Luxembourg S.A: localiza-se em Luxemburgo constituída em 2011 para o propósito específico (EPE) de emissão de "Bonds" e recepção dos recursos financeiros de US\$ 350 milhões e posterior "Retap" de US\$100 milhões ocorridos em fevereiro e março de 2012, respectivamente. Ainda, no 1º trimestre de 2013 a mesma realizou uma operação de "oferta de recompra de títulos" utilizando os recursos financeiros obtidos com a emissão das Notas de 2023 de US\$ 850 milhões com juros de 7,75% ao ano, bem como, procedeu no 3º trimestre de 2014 uma operação de "Retap" das Notas de 2023 de US\$ 200 milhões;
- Minerva Beef: constituída com o intuito de captação de recursos financeiros sendo extinta durante o 2º trimestre de 2014.

Demais controladas indiretas em fase pré-operacional

- Loin Investments Ltda. (captação de recursos financeiros), Minerva Log S.A. (logística) e Minerva USA LLC (escritório comercial).

Tais controladas diretas e indiretas acima citadas compõem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. A participação em cada controlada está apresentada no quadro a seguir:

VDO HOLDINGS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

	31/12/2015	31/12/2014
Controlada Direta:		
Minerva S.A.	32,87%	28,74%
Controladas Indiretas:		
Minerva Industria e Comércio de Alimentos S/A	98,00%	98,00%
Minerva Dawn Farms S/A	100,00%	100,00%
Mato Grosso Bovinos S.A	100,00%	100,00%
Friasa S/A	99,99%	99,99%
Minerva Overseas I	100,00%	100,00%
Minerva Overseas II	100,00%	100,00%
Minerva Middle East	100,00%	100,00%
Transminerva Ltda	100,00%	100,00%
Loin Investments Ltda	99,00%	99,00%
Minerva Log	100,00%	100,00%
Pulsa S.A.	100,00%	100,00%
Frimacar S.A.	100,00%	100,00%
Minerva Colômbia S.A.S	100,00%	100,00%
Lytmer S.A	100,00%	100,00%
Minerva Luxembourg	100,00%	100,00%
Frigomerc S/A	100,00%	100,00%
Minerva Live Cattle Export Spa	100,00%	100,00%
Minerva Foods Chile Spa	100,00%	100,00%
Cia Sul Americana de Pecuária S.A	100,00%	100,00%
Red Cárnica S.A.S	100,00%	-
Red Industrial Colombiana S.A.S	100,00%	-
Minerva USA LLC	100,00%	-

Aprovação das Demonstrações Contábeis

A emissão das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015 foi autorizada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração em 11 de janeiro de 2019.

2. Aquisições de participações em empresas (Combinação de negócios)

Frigorífico Matadero Carrasco S.A

Em 18 de março 2014, a controlada direta Minerva S.A. firmou um documento denominado "Compra Venta Sujeta a Condiciones Precedentes" para aquisição de 100% do capital social do Frigorífico Matadero Carrasco S.A, passando a deter o seu controle a partir de 1º de maio de 2014.

A compra foi concretizada pelo valor total US\$37 milhões (equivalente a R\$ 82.251 em 30 de abril de 2014), seguindo o seguinte cronograma financeiro:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
 Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

- 1º Parcela - a vista - US\$ 17.000 mil (R\$66.382 - convertido pela taxa em 31 de dezembro 15): liquidada no ato da aquisição da empresa, ocorrida no dia 30 de abril de 2014;
- 2º Parcela - US\$ 10.000 mil (R\$39.048 - convertido pela taxa em 31 de dezembro 15): com vencimento em 30 de abril 15; e
- 3º Parcela - com vencimento em 30 de abril 15, o pagamento foi por meio da transferência de 1.700 mil ações ordinárias da Companhia. Em 25 de maio de 2015, após autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Conselho de Administração da Companhia, foram transferidas as 1.700 mil ações ordinárias da Companhia no montante de R\$ 22.950 (R\$ 13,50 por ação).

Referida planta frigorífica possui uma capacidade de abate diário de 900 cabeças e de desossa de 150 toneladas.

Apresentamos a seguir o balanço patrimonial (resumido) em 30 de abril de 2014 do Frigorífico Matadero Carrasco S.A elaboradas, nos termos do CPC 15 (R1)- Combinação de negócios com base no valor justo (fair value) dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:

	Balanço fair value 30/04/2014
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1.711
Contas a receber	33.855
Estoques	22.294
Outros valores a receber	21.563
Não circulante	
Outros valores a receber	2.532
Ativo imobilizado	75.389
Ativo total	<u>157.344</u>
	Balanço fair value 30/04/2014
Passivo	
Passivo circulante	
Fornecedores	33.485
Empréstimos e financiamentos	40.589
Obrigações fiscais e sociais	10.041
Outras contas a pagar	2.999
Passivo não circulante	
Tributos diferidos	3.855
Contas a pagar	112
Provisão de contingências	18.231
Passivo total	<u>109.312</u>
Patrimônio líquido	<u>48.032</u>
Patrimônio líquido e passivo	<u>157.344</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

A seguir apresentamos as contas patrimoniais ativas e passivas em que foram impactadas pelo efeito de mensuração ao valor justo (fair value):

Ativos identificáveis
(Em milhares de Reais)

	30/04/2014
Estoques - valor contábil	22.450
Ajuste - valor justo	(156)
Estoques - Valor justo	<u>22.294</u>
Imobilizado - Valor contábil	77.743
Ajuste - Valor justo	(2.354)
Imobilizado - Valor justo	<u><u>75.389</u></u>
Passivos assumidos (Em milhares de reais)	
Obrigações trabalhistas e tributárias - Valor contábil	9.747
Ajuste - Valor justo	293
Obrigações trabalhistas e tributárias - Valor justo	<u>10.040</u>
Provisão para contingências - Valor Contábil	-
Ajuste - Valor justo	18.230
Provisão para contingências - Valor justo	<u><u>18.230</u></u>

Determinação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)

Apresentamos a seguir o valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill), que corresponde à diferença entre o valor pago pela aquisição de controle da adquirida em relação ao valor do acervo líquido aferido ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em 30 de abril 2014:

Em milhares de R\$

Patrimônio líquido (fair value) - 30 de abril de 2014	48.032
Ágio por expectativa de rentabilidade futura inicial (Goodwill) - (Nota 14)	47.773
Contraprestação transferida	<u><u>95.805</u></u>

O valor do ágio de R\$ 47.773 acima demonstrado está classificado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas no grupo de Investimentos e no Ativo Intangível, respectivamente.

Cabe destacar os seguintes aspectos: Esse valor de ágio não é amortizado. Entretanto, esse ativo se sujeita ao teste anual de recuperabilidade, para atendimento ao CPC 01 (R1) e aos IAS 36 e 38. Conforme cláusulas do contrato de aquisição foi realizado um acréscimo de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$ 13.073, totalizando um montante de R\$ 47.773.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

Mato Grosso Bovinos S.A.

Frigorífico contendo duas plantas industriais com capacidade de abate diário de 2.600 cabeças/dia. Em contrapartida à transação de compra das referidas plantas industriais sua controladora Minerva S.A se comprometeu a entregar 29 milhões de novas ações ordinárias de sua emissão (Minerva BEEF3).

Em 20 de agosto de 2014, o CADE (Conselho Administrativo e Defesa Econômica), decidiu pela aprovação definitiva da operação mediante a celebração de um Acordo em Controle de Concentrações (ACC).

Em 01 de outubro de 2014, as assembleias gerais extraordinárias de acionistas da controladora Minerva S.A. e da Mato Grosso Bovinos S.A. aprovaram sem ressalvas a incorporação de ações, pela Companhia da totalidade das ações de emissão da Mato Grosso Bovinos S.A.

Apresentamos a seguir o balanço patrimonial (resumido) em 01 de outubro de 2014 da Mato Grosso Bovinos S.A, elaboradas nos termos do CPC 15 (R1) - Combinação de negócios com base no valor justo (fair value) dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:

Ativo	Balanço fair value 01/10/2014
Circulante	
Outros valores a receber	6.187
Não circulante	
Ativo imobilizado	204.796
Ativo total	<u>210.983</u>
Passivo	Balanço fair value 01/10/2014
Passivo circulante	
Outras contas a pagar	6.187
Passivo não circulante	
Tributos diferidos	6.424
Passivo total	<u>12.611</u>
Patrimônio líquido	<u>198.372</u>
Total do patrimônio líquido e passivo	<u><u>210.983</u></u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

A seguir, apresentamos as contas patrimoniais ativas e passivas em que foram impactadas pelo efeito de mensuração ao valor justo (fair value) em 01 de outubro de 2014:

Ativos identificáveis
(Em milhares de reais)

	01/10/2014
Imobilizado - Valor contábil	180.319
Ajuste - Valor justo	24.477
Imobilizado - Valor justo	<u>204.796</u>

Passivos assumidos
Em milhares de reais

	01/10/2014
Provisão para contingências - Valor Contábil	-
Ajuste - Valor justo	-
Provisão para contingências - Valor justo	<u>-</u>

Determinação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)

Apresentamos a seguir o valor do ágio de R\$ 174.278 por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill), que corresponde à diferença entre o valor pago pela aquisição de controle da adquirida em relação ao valor do acervo líquido aferido ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em 01 de outubro de 2014:

Em milhares de R\$	
Patrimônio líquido (fair value) - 01 de outubro de 2014	198.372
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) - (Nota 14)	174.278
Contraprestação transferida	<u>372.650</u>

O valor do ágio de R\$ 174.278 está classificado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas no grupo de Investimentos e no Ativo Intangível, respectivamente.

Destacamos os seguintes pontos: Esse valor de ágio não é amortizado, contudo esse ativo se sujeita ao teste anual de recuperabilidade, para atendimento ao CPC 01 (R1) e aos IAS 36 e 38.

Red Cárnica S.A.S e Red Industrial Colombiana S.A.S

Em 20 de fevereiro 2015, a controlada Minerva S.A. firmou um documento denominado "Memorando de Entendimiento" para aquisição de 100% do capital social da Red Cárnica S.A.S e Red Industrial Colombiana S.A.S. Em 31 de julho de 2015, a Companhia após a conclusão da "Due Diligence" firmou o contrato de "Compra Venta de Acciones", passando a deter o controle das referidas empresas a partir daquela data.

A compra foi concretizada pelo valor total COP\$28.540 bilhões (equivalente a R\$ 33.848 em 31 de julho de 2015), seguindo o seguinte cronograma financeiro de pagamentos:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

- 1º Parcela - A vista - COP\$ 17 bilhões (R\$20.944 - convertido pela taxa em 31 de dezembro 2015): liquidada no ato da aquisição da empresa, ocorrida no dia 24 de agosto de 2015;
- 2º Parcela - COP\$6.540 bilhões (R\$8.057 - convertido pela taxa em 31 de dezembro 2015): com vencimento em 24 de fevereiro de 2016; e
- 3º Parcela - COP\$ 5 bilhões (R\$6.160 - convertido pela taxa em 31 de dezembro 2015): que será retido e liberado em três datas conforme demonstradas abaixo:
 - ✓ COP\$ 1 bilhão: com vencimento em 24 de agosto de 2016;
 - ✓ COP\$ 1 bilhão: com vencimento em 24 de agosto de 2017;
 - ✓ COP\$ 3 bilhões: com vencimento em 24 de agosto de 2018.

“A Red Cárnica” possui uma capacidade de abate diário de 850 cabeças e de desossa de 75 toneladas.

Apresentamos a seguir o balanço patrimonial (resumido) combinado das empresas Red Cárnica S.A.S e Red Industrial Colombiana S.A.S em 31 de julho de 2015, elaboradas nos termos do CPC 15 (R1) -Combinação de negócios com base no valor justo (fair value) dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:

	<u>Balanço fair value</u> <u>31/07/2015</u>
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	872
Contas a receber	4.712
Estoques	1.478
Outros valores a receber	1.984
Não circulante	
Tributos diferidos	11.708
Ativo imobilizado	67.715
Ativo total	<u>88.469</u>
	<u>Balanço fair value</u> <u>31/07/2015</u>
Passivo	
Passivo circulante	
Fornecedores	3.983
Obrigações fiscais e sociais	413
Outras contas a pagar	2.291
<u>Passivo não circulante</u>	
Provisão de contingências	34.852
Passivo total	<u>41.539</u>
Patrimônio Líquido	<u>46.930</u>
Patrimônio Líquido e passivo	<u>88.469</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

A seguir, apresentamos as contas patrimoniais combinadas da Red Cárnica e Red Industrial Colombiana S.A.S ativas e passivas em que foram impactadas pelo efeito de mensuração ao valor justo (fair value) em 31 de julho de 2015:

Ativos identificáveis
(Em milhares de reais)

	31/07/2015
Imobilizado - Valor contábil	37.224
Ajuste - Valor justo	30.491
Imobilizado - Valor justo	<u>67.715</u>
Tributos Diferidos	44
Ajuste - Valor justo	11.664
Tributos Diferidos - Valor justo	<u>11.708</u>

Passivos assumidos
(Em milhares de reais)

Provisão para contingências - Valor Contábil	548
Ajuste - Valor justo	34.304
Provisão para contingências - Valor justo	<u>34.852</u>

Determinação do ganho proveniente de compra vantajosa

Apresentamos, a seguir, o valor do ganho de R\$ 13.082, proveniente de compra vantajosa, que corresponde à diferença entre o valor pago pela aquisição de controle da adquirida em relação ao valor do acervo líquido aferido ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em 31 de julho de 2015:

Em milhares de R\$

Patrimônio líquido (fair value) - 31/07/2015	46.930
Ganho proveniente de compra vantajosa	(13.082)
Contraprestação transferida	<u>33.848</u>

O valor do ganho de R\$ 13.082 proveniente de compra vantajosa, acima demonstrado, foi registrado na demonstração de resultado do exercício (individual e consolidada), na data da aquisição, conforme CPC 15 (R1).

3. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação as normas IFRS e as normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que também é a moeda funcional de Companhia.

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

Continuidade operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, sendo assim as demonstrações financeiras foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

4. Resumo das principais políticas contábeis

a. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora.

c. Operações no exterior

As Companhias controladas indiretas no exterior adotaram as seguintes moedas funcionais para demonstrações contábeis levantadas, findo em 31 de dezembro de 2015:

- Moeda Guarani (Paraguai-PY) - Friasa S.A e Frigomerc S.A.;
- Moeda Dólar Norte Americano (US\$) -Pulsa S.A, Frimacar S.A e Lytmer S.A.;
- Peso/Chileno - Minerva Foods Chile SpA e Minerva Live Cattle Export SPA;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

- Peso/Colombiano - Minerva Colômbia S.A.S, Red Cárnica S.A.S e Red Industrial Colombiana S.A.S.

Tais informações, quando aplicável estão adaptadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e estão convertidas para Reais- R\$ por meio dos seguintes procedimentos:

- Os ativos e passivos monetários são convertidos utilizando a taxa de fechamento da respectiva moeda para o Real-R\$, na data dos respectivos balanços patrimoniais;
- No último balanço patrimonial levantado correspondente ao patrimônio líquido (PL) convertido à taxa do câmbio histórica vigente naquela época e as mutações do PL do período/exercício corrente são convertidas pelas taxas de câmbio históricas das datas em que ocorreram as transações, notando que o lucro ou prejuízo auferido é convertido e acumulado a uma taxa de câmbio média mensal histórica como indicado no tópico seguinte;
- As receitas, custos e despesas do período/exercício corrente são convertidos e acumulados a uma taxa de câmbio média mensal histórica;
- As variações dos saldos de câmbio decorrentes dos itens precedentes citados acima são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, na rubrica de “Outros resultados abrangentes” em conformidade com a equação patrimonial; a saber: Ativo menos Passivo total é igual ao valor total do PL.

Estão eliminados os saldos de investimentos, de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações efetuadas entre as Companhias do “Grupo Minerva” que compõem as demonstrações contábeis consolidadas.

d. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações e saldos em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional estabelecida, são convertidas pela taxa de câmbio histórica das datas de cada transação, conforme determinado pelo CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações.

Os ativos e passivos sujeitos à variação cambial estão atualizados pelas taxas das respectivas moedas vigentes no último dia útil de cada exercício ou períodos apresentados. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de “outros resultados abrangentes” e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente.

Os itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

e. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisitadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

f. Base de consolidação

Combinações de negócio

Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia mensurou o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na Companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data de aquisição.

Para cada combinação de negócios a Companhia escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia e suas controladas incorrem com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009

Como parte da transição para o IFRS e CPC a Companhia optou por não representar as combinações de negócio anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009 o ágio representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Estes ágios são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade, nos termos do CPC 01 (R1).

(i) Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle, se inicia até a data em que o controle, deixa de existir.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre as empresas do "Grupo", e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas entidades investidas. Prejuízos não realizados não são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

g. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de venda de produtos é reconhecida quando seu valor for mensurável de forma confiável e todos os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador.

h. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações contábeis de liquidez imediata. Vide nota explicativa nº 5 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas.

i. Instrumentos financeiros

Conforme Ofício Circular da CVM nº 03/2009, os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos financeiros não derivativos

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo;
- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos;

- Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias. Primeiramente os rendimentos auferidos decorrentes desses ativos são levados integralmente ao resultado do exercício. Entretanto, os ganhos e perdas decorrentes de avaliação ao valor justo destes ativos são registrados no patrimônio líquido na conta "Outros resultados abrangentes" e levados para o resultado quando da sua realização;
- Empréstimos e recebíveis: instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a Companhia tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a Companhia classifica como mensurados a valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a de deterioração do crédito. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e as suas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis e das informações trimestrais, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratados pela Companhia e suas controladas, resumem-se em contratos futuros de boi, opções sobre contratos de boi e compra a termo de moeda ("Non Deliverable Forward - NDF"), que visam exclusivamente minimizar os impactos da oscilação do preço da arroba bovina no resultado e a proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

Instrumentos financeiros e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, sendo essas variações lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, não adotou por sua opção a política de contabilização pelo método do hedge accounting. Esse método de contabilização é opcional e, portanto, não é obrigatório.

j. Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. É constituída perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada incerta.

k. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e pelas eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

I. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. As atividades agrícolas, tais como, aumento de rebanho provenientes de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto e de cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a determinação dos seus valores justos baseando-se no conceito de valor a mercado "Mark to market - MtM".

m. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em data anterior à promulgação da Lei nº 11.638/2007, vigente desde 1º de janeiro de 2008.

A Companhia optou por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (Deemed Cost) na data de abertura do exercício de 2009. Cabe destacar que, a Companhia e suas controladas contrataram peritos avaliadores especializados para verificação do custo atribuído (Deemed Cost) de seus bens, para confronto com os valores registrado contabilmente, não tendo sido identificadas variações significativas que justificassem o registro e controle desta mais valia, o que foi determinante para decisão da Administração em não registrar o custo atribuído (Deemed Cost).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis estão sendo capitalizados desde 1º de janeiro de 2009.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear. Com base nas vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis média estimadas pela Administração da Companhia, apoiada em estudos técnicos para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Consolidado	
	2015	2014
Edifícios	2,38%	2,30%
Máquinas e equipamentos	8,09%	7,43%
Móveis e utensílios	7,78%	12,59%
Veículos	10,32%	7,76%
Hardware	17,48%	18,76%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são atualizados e revistos a cada encerramento de exercício e, eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e mencionado na Nota Explicativa nº 21, será mantido até sua completa amortização, por depreciação integral ou alienação dos bens.

n. Arrendamento mercantil de bens do ativo imobilizado

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação, e são depreciados pelo prazo entre a vida útil econômica estimada dos bens.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o exercício em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

o. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual de redução do seu valor recuperável.

Ágio decorrente de aquisição de controladas

O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis consolidadas. Quanto às aquisições realizadas em datas anteriores a 1º de janeiro de 2009, o ágio é incluído baseando-se em seu custo atribuído, que representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas.

p. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment Test”)

Ativos financeiros

A Companhia avalia anualmente se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Ativos não financeiros

A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e se verificando que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, imediatamente é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo, ou de uma determinada Unidade Geradora de Caixa (UCG), é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado, definidos em um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito no mínimo anualmente, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da Unidade Geradora de Caixa (UCG), conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

q. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

r. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados, quando relevante, ao seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia e suas controladas consideram o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Companhia e suas controladas, o que ficou em torno de uma taxa de desconto de 11 % ao ano, apurada com base no custo médio ponderado de capital da Companhia e suas controladas, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para os fluxos financeiros em questão.

Os prazos de recebimentos e pagamentos de contas a receber e a pagar, advindos das atividades operacionais da Companhia e suas controladas são baixos, assim, resultam em um montante de desconto considerado irrelevante para registro e divulgação, pois o custo da geração da informação, supera o seu benefício. Para os ativos e passivos não circulantes, quando aplicáveis e relevantes, são calculados e registrados.

Os cálculos e análises são revisados trimestralmente.

s. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício ou período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais, diferenças por adoção de práticas contábeis (IFRS) e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

t. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

u. Benefícios a empregados

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos. Cabe destacar que, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos do pronunciamento.

v. Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável e, a Companhia e suas controladas não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

x. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

y. Informações por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas.

z. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. LAAP") quando for adotada.

A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Agricultura: Plantas Produtivas (alterações a CPC 27 / IAS 16 e CPC 29 / IAS 41)

Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, deve ser contabilizada como imobilizado e incluída no escopo do CPC 27 / IAS 16 Imobilizado, e não mais no escopo do CPC 29/ IAS 41 Agricultura. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não possui nenhuma planta produtiva.

IFRS 16 - Leases (Arrendamento mercantil)

Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IAS 12 - Income taxes - (alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro)

O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 - Income taxes (CPC 32 - Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao "reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios);
- Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11);
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36/IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas;
- Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28);
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas compõem-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	-	-	2.907	2.941
Bancos conta movimento	-	18	288.200	649.006
Disponibilidades em moedas estrangeiras	-	-	1.704.601	956.170
	-	18	1.995.708	1.608.117
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional:				
Certificado depósito bancário - CDB	4.991	539	369.956	392.972
Debêntures	-	14.760	376.352	86.891
Títulos de capitalização	500	500	3.917	4.957
Fundo de investimento	-	-	9.486	8.703
Em moeda estrangeira:				
Outros ativos financeiros	-	-	-	388.557
	5.491	15.799	759.711	882.080
	5.491	15.817	2.755.419	2.490.197

As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram classificadas conforme suas características e sua intenção como mensurados: (i) pelo valor justo por meio do resultado ou (ii) mantidos até o vencimento e estão demonstrados resumidamente como segue:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	4.991	15.299	755.794	877.123
Mantidos até o vencimento	500	500	3.917	4.957
	<u>5.491</u>	<u>15.799</u>	<u>759.711</u>	<u>882.080</u>

6. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Duplicatas a receber - mercado interno	259.500	236.459
Duplicatas a receber - mercado externo	524.781	232.699
Duplicatas a receber - partes relacionadas	-	-
	<u>784.281</u>	<u>469.158</u>
(-) Perdas Estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(18.096)	(11.162)
	<u>766.185</u>	<u>457.996</u>

Contas a receber por idade de vencimento

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
A vencer:	692.780	427.294
Vencidas:		
Até 30 dias	36.339	15.893
De 31 a 60 dias	12.620	2.945
De 61 a 90 dias	9.186	1.062
De 91 a 180 dias	33.356	21.964
	<u>784.281</u>	<u>469.158</u>

Movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(11.162)
Créditos provisionados	(5.958)
Créditos recuperados	2700
Créditos baixados	113
Varição cambial	(3.789)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>(18.096)</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

A Companhia possui a sua disposição um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) para alienação de partes de seus recebíveis do mercado interno, no montante de R\$ 114.258 (em 31 de dezembro de 2014, R\$ 93.978), sem coobrigação ou direito de regresso, sendo R\$ 26.171 (em 31 de dezembro de 2014, R\$ 22.897) constituídos por cotas subordinadas.

O percentual de participação e o número de cotas no FIDC referem-se à garantia e limite do risco sob responsabilidade da Companhia, as quais correspondem à totalidade das cotas subordinadas integralizadas e mantidas pela Companhia junto ao FIDC.

Conforme Circular CVM nº 01/2016, para fins de apresentação de venda definitiva de recebíveis, o cedente não pode ter qualquer gerenciamento, envolvimento, ou acerto futuro com os títulos vencidos do FIDC, e conseqüentemente, exposição aos riscos advindos da mesma. Desta forma a Companhia está exposta ao risco de Default limitado as suas cotas subordinadas.

Cabe destacar que, a Companhia possui uma política de concessão de crédito bastante rigorosa, o que ocasiona baixos níveis de inadimplência, os quais são verificados pelo baixo valor de créditos provisionados, quando comparado com receitas de vendas realizadas pela Companhia e suas controladas.

A Companhia não possui nenhuma garantia para os títulos em atraso.

7. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	386.457	414.314
Matérias-primas	4.872	3.094
Almoxarifados e materiais secundários	43.419	50.227
	<u>434.748</u>	<u>467.635</u>

8. Ativos biológicos

A Companhia através de suas controladas que possuem atividades pecuárias, referentes a aumento de rebanho decorrente de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado "Mark to Market - MtM", no mínimo durante os encerramentos trimestrais, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado dos períodos e exercícios.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

As operações relativas aos ativos biológicos da Companhia são representadas por gado bovino a pasto (extensivo) e por gado bovino de confinamento de curto prazo (intenso). A operação é realizada através da aquisição de ativos biológicos para revenda, cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável, em virtude da existência de mercados ativos para essa avaliação, e encontram-se representados conforme a seguir:

	<u>Rebanho</u> <u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	173.381
Aumento devido a aquisições	457.656
Diminuição devido a vendas	(410.689)
(Diminuição) /Aumentos líquida devida aos nascimentos (mortes)	(11.409)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(5.586)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>203.353</u>

Em 31 de dezembro de 2015, os animais de fazenda mantidos para venda eram compostos de 76.582 bois gordos (em 31 de dezembro de 2014 - 64.110 bois gordos).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidades, bem como não existiam quaisquer outros riscos (financeiros, compromissos e climáticos) que impactassem os ativos biológicos da Companhia.

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
PIS - Programa de Integração Social	-	-	90.015	75.421
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	-	-	357.959	315.852
Reintegra	-	-	1.054	1.054
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	-	-	172.295	157.417
Imposto de Renda e CSLL	2.068	803	140.760	92.756
Crédito Presumido de IPI	-	-	92.198	92.198
Outros tributos a recuperar	-	-	90.149	60.268
	<u>2.068</u>	<u>803</u>	<u>944.430</u>	<u>794.966</u>
Circulante	2.068	803	680.560	561.120
Não circulante	-	-	263.870	233.846

PIS e a COFINS

Os créditos do PIS e da COFINS são provenientes da alteração da legislação tributária, de acordo com as Leis nºs 10.637/02 e nº 10.833/03, que instituíram a não cumulatividade para esses tributos, gerando crédito para empresas exportadoras.

Atualmente, a Companhia e suas controladas finalizaram a fiscalização por parte da Receita Federal do Brasil - RFB de grande parte dos pedidos de ressarcimento destes créditos, foram devidamente homologados pela Receita Federal do Brasil - RFB, o que deve gerar um valor significativo de restituição destes créditos no decorrer dos exercícios de 2016 e 2017.

Fundamentado em estudos realizados pela Administração da Companhia, com relação à expectativa de restituição dos referidos créditos tributários, foi procedida à segregação de parte desses créditos de ativo circulante para ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 104.904 na controladora e R\$ 110.310 no consolidado. As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e de suas controladas são revistas trimestralmente.

ICMS

Os créditos de ICMS são ocasionados pelo fato de as exportações da Companhia atingirem valores superiores às vendas no mercado interno, gerando créditos que, depois de homologados pela Secretária da Fazenda Estadual, são utilizados para compra de insumos para produção, podendo também ser vendidos a terceiros, conforme previsto na Legislação vigente.

Do mencionado saldo credor, parte substancial encontra-se em processo de fiscalização e homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e a Administração da Companhia tem expectativa de recuperação de parte significativa desses créditos ao longo dos exercícios de 2017 e 2018. Fundamentado nos estudos realizados pela Administração da Companhia, foi segregado de ativo circulante para ativo não circulante, um percentual considerado suficiente para representar processos mais lentos, o que totaliza o montante de R\$ 55.096 na controladora e consolidado, dos referidos créditos. As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e de suas controladas são revistas trimestralmente.

Crédito presumido de IPI

Os Créditos Presumidos de IPI foram ocasionados por conta ressarcimento das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS, previstos nas Leis nºs 9.363/96 e 10.276/01, decorrentes de aquisição de matérias-primas de bovinos proveniente de Pessoas Físicas e/ou cooperativas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

Atualmente, a controlada Minerva S.A encontra-se no processo de habilitação junto à Receita Federal do Brasil - RFB para compensação/ressarcimento dos referidos créditos. Em estudos técnicos realizados pela Administração da Companhia, os saldos dos referidos créditos estão alocados no ativo não circulante, com estimativa de realização a partir de 2017.

A Administração da Companhia, com base em estudos técnicos e amparada pela opinião de seus assessores fiscais, entendem que os créditos tributários de PIS, COFINS, ICMS e Crédito Presumido de IPI, registrados no ativo não circulante, devem se realizar até o encerramento do exercício de 2017.

10. Ativos fiscais diferidos

A seguir, apresentamos a movimentação no exercício dos ativos fiscais diferidos, considerando os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social:

	Consolidado			Saldo em 31 de dezembro de 2015
	Saldo em 31 de dezembro de 2014	Reconhecidos no resultado	Realização do tributos diferidos	
IR/CS Diferido sobre Prejuízo fiscal	248.929	-	(4.290)	244.639
Total ativos fiscais diferidos	248.929	-	(4.290)	244.639

O ativo fiscal diferido proveniente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram reconhecidos em 30 de junho de 2012, 31 de dezembro de 2011, 30 de setembro de 2011, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2014. O montante acumulado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 244.639 no consolidado. (Em 31 de dezembro de 2014, o montante era de R\$ 248.929 no consolidado). O reconhecimento é embasado no fato da Administração entender que prováveis lucros tributáveis serão auferidos para que a Companhia possa aproveitar referido benefício fiscal no futuro.

A decisão da Administração da Companhia e de suas controladas para registro dos referidos ativos fiscais diferidos, sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, baseou-se no plano de negócio e nas projeções orçamentárias e financeiras internas e elaboradas por consultores independentes as quais são objeto, no mínimo anualmente, de revisão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

As projeções dessas realizações apresentaram as seguintes expectativas de realização de referidos tributos (IR e CSLL) diferidos ativos:

	Consolidado
	31/12/2015
2016	-
2017	31.805
2018	51.360
2019 em diante	161.474
	<u>244.639</u>

Destacamos que tais estudos técnicos que embasaram a decisão pelo registro do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, foram devidamente revisados e aprovados em Reuniões do Conselho de Administração.

11. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, realizadas nas condições a seguir, estão sumarizadas em tabelas demonstradas a seguir, e compreendem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Mútuos a receber				
Agropecuária Imperial BT Ltda. (a)	193.642	240.886	193.642	240.886
	<u>193.642</u>	<u>240.886</u>	<u>193.642</u>	<u>240.886</u>

(a) Empréstimo efetuado à Agropecuária Imperial BT Ltda;

A Companhia, no entendimento da plena integração das suas operações com suas controladas, realiza transações de repasse de caixa, buscando sempre minimizar o custo de suas captações.

Os demais saldos e transações com partes relacionadas encontram-se apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contas a pagar - Fornecedores				
Aquisição de sócios	-	-	10.482	15.547
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.482</u>	<u>15.547</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
 Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Compras de bovinos:				
Aquisição de sócios	-	-	106.249	102.604

A Companhia através de suas controladas mantém transações comerciais com sócios realizadas a preços e condições usuais de mercado, quando existentes.

Durante os exercícios em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não foram registradas quaisquer Provisão para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

12. Investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas está demonstrada a seguir:

	Participação Percentual	Saldo em 31/12/2014	Transferências	Redução ao valor recuperável		Dividendos	Ajuste de conversão	Aquisição / Baixa de Participação	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2015
				de ativo	Ágio						
Minerva S.A. Investimentos	32,87%	137.878	(137.878)	-	-	-	-	-	-	-	-
		137.878	(137.878)	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Minerva S.A.	32,87%	-	137.878	-	-	-	(91.890)	-	90.965	(263.198)	(126.245)
Provisão para perdas em investimentos		-	137.878	-	-	-	(91.890)	-	90.965	(263.198)	(126.245)
Investimentos líquidos		<u>137.878</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(91.890)</u>	<u>-</u>	<u>90.965</u>	<u>(263.198)</u>	<u>(126.245)</u>

Sumário das demonstrações financeiras das controladas em 30 de junho de 2015

	Participação percentual	Ativo circulante	Ativo não circulante		Passivo não circulante	Patrimônio líquido Total	Participação dos não Controladores	Patrimônio
			Passivo circulante	Passivo circulante				líquido atribuível aos controladores
Minerva S.A.	32,87%	5.014.622	3.297.426	3.043.383	5.651.412	(384.069)	1.322	(382.747)
Total		<u>5.014.622</u>	<u>3.297.426</u>	<u>3.043.383</u>	<u>5.651.412</u>	<u>(384.069)</u>	<u>1.322</u>	<u>(382.747)</u>

	31/12/15			
	Lucro / Prejuízo		Lucro / Prejuízo	
	Receita Líquida	no exercício	Receita Líquida	no exercício
Minerva S.A.	9.524.797	(799.955)	6.987.230	(418.218)

(*) Todos os valores estão expresso a 100% do resultados das controladas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

13. Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Controladora e Consolidado					
Descrição	% - Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2015	31/12/2014
				Líquido	Líquido
Edifícios	2,38%	992.181	(144.820)	847.361	770.369
Máquinas e equipamentos	8,09%	741.923	(204.097)	537.826	421.758
Móveis e utensílios	7,78%	10.410	(4.941)	5.469	4.478
Veículos	10,32%	18.384	(7.100)	11.284	9.569
Hardware	17,48%	11.021	(6.555)	4.466	1.421
Terrenos		112.115	-	112.115	92.754
Reflorestamento		2.573	-	2.573	2.240
Imobilizações em andamento		591.792	-	591.792	515.684
Provisão p/ Redução ao Valor Recup. de Ativos		(21.518)	-	(21.518)	(21.518)
		<u>2.458.881</u>	<u>(367.513)</u>	<u>2.091.368</u>	<u>1.796.755</u>

b. Movimentação sumária do imobilizado

Consolidado	Edifícios	Máq. e equipam.	Móveis e utensílios	Veículos	Hardware	Terrenos	Reflorestamento	Obras em andam.	Provisão p/ Redução ao	Total
									Valor Recup. de Ativos	
Saldo 31 de dezembro de 2014	770.369	421.758	4.478	9.569	1.421	92.754	2.240	515.684	(21.518)	1.796.755
Adições	1.729	19.505	523	1.231	779	1.095	333	186.476	-	211.671
Incorporação / Aquisição	32.752	28.480	452	65	66	5.948	-	-	-	67.763
Transferências	10.937	93.038	276	2.037	2.876	1.228	-	(110.392)	-	-
Alienações	838	(5.284)	-	(136)	(11)	(40)	-	(375)	-	(5.008)
Depreciação	(23.860)	(46.337)	(776)	(1.958)	(751)	-	-	-	-	(73.682)
Ajuste de conversão	54.596	26.666	516	476	86	11.130	-	399	-	93.869
Saldo 31 de dezembro de 2015	<u>847.361</u>	<u>537.826</u>	<u>5.469</u>	<u>11.284</u>	<u>4.466</u>	<u>112.115</u>	<u>2.573</u>	<u>591.792</u>	<u>(21.518)</u>	<u>2.091.368</u>

c. Obras e instalações em andamento

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos de obras e instalações em andamento referem-se aos seguintes principais projetos: Expansão na planta de Campina Verde (MG); Expansão na planta de Janaúba (MG); Expansão na planta de José Bonifácio (SP); Ampliação do abate de Araguaína (TO); e Estruturação e expansão dos Centros de Distribuição.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
 Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

d. Provisão para o valor recuperável de ativos

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS), anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade de seus ativos. Neste sentido, desde 2013 a planta industrial de Goianésia (GO), por questões estratégicas, encontra-se subutilizada. Desta forma, a análise do valor da planta por geração de caixa foi prejudicado, neste sentido optou-se pela avaliação do valor de venda líquido das despesas de vendas. Com base em avaliação realizada por empresa independente, foi identificado que a referida planta possui um valor superior ao seu valor de realização por venda de R\$ 34.175, sendo R\$ 21.518 de imobilizado e R\$ 12.657 por expectativa por rentabilidade futura, o qual originou o registro de provisão para o valor recuperável.

e. Valores oferecidos em garantia

Foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 255.944 (R\$ 246.531 em 31 de dezembro de 2014).

f. Custo atribuído (DeemedCost)

Em atendimento a recomendação realizada no ICPC 10, com relação ao registro do custo atribuído (Deemed Cost) do ativo imobilizado, a Companhia e suas controladas contrataram empresa especializada para essa avaliação, identificando não existirem diferenças relevantes entre o custo atribuído dos bens em relação aos saldos registrados contabilmente, sendo opção da Administração, diante desse cenário, por não registrar e controlar esses efeitos.

14. Intangível

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Ágio pago em aquisições	618.105	628.530
Direito de uso de Aeronave	1.793	1.793
Cessão de Servidão de passagem	250	250
Software	7.229	6.239
	<u>627.377</u>	<u>636.812</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

A movimentação no intangível durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 encontra-se demonstrada a seguir:

	Consolidado				Total
	Ágio pago em aquisições	Direto de uso de Aeronave	Cessão de Servidão De passagem	Sofwares adquiridos	
Saldo 31 de dezembro de 2014	628.530	1.793	250	6.239	636.812
Aquisição	13.073	-	-	1.993	15.066
Amortização (impairment)	(23.498)	-	-	(1.094)	(24.592)
Ajuste de conversão	-	-	-	91	91
Saldo 31 de dezembro de 2015	618.105	1.793	250	7.229	627.377

A Companhia através de suas controladas registra amortização de seus softwares, únicos ativos intangíveis amortizáveis, de acordo com o período determinado contratualmente pela "licença de uso", quando adquirido de terceiros ou, pelo prazo de utilização estimado pela Companhia, para os softwares desenvolvidos internamente. Em 31 de dezembro 2015 e 2014, as taxas médias de amortização eram de 19,9% e 19,8%, respectivamente, com expectativa final de amortização destes intangíveis no exercício de 2017.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Minerva Dawn Farms (MDF) - (i) e (Nota 2)	188.391	188.391
Brascasing Industria e Comércio Ltda - (ii) e (Nota 2)	74.596	98.094
Pulsa S/A - (iii) e (Nota 2)	61.643	61.643
Frigomerc (iv)	62.126	62.126
Frimacar (v)	47.773	34.700
Mato Grosso Bovinos S/A (vi)	174.278	174.278
Outro(vii)	9.298	9.298
	618.105	628.530

- (i) Conforme descrito na nota explicativa nº 2, para atendimento aos preceitos definidos na Deliberação CVM nº 580/09 - CPC 15 (R1), a Companhia revisou os cálculos dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos por ocasião do registro a valor justo da aquisição de mais 30% das ações representativas do capital social da controlada Minerva Dawn Farms - MDF, que se enquadrou como uma "combinação de negócios em estágios", verificando a necessidade de segregação da mais valia (ágio) apurado no registro inicial (provisório) a valor justo da participação da Companhia na referida operação, no valor total de R\$188.391 (R\$188.391 em 31 de dezembro de 2012), segregando entre ágio por expectativa de rentabilidade futura - R\$98.714, lista de clientes - R\$87.733 e mais valia de ativos de R\$1.944, em atendimento aos demais pronunciamentos, instruções e orientações do CPC. Conforme descrito anteriormente, durante o 4º trimestre de 2012, a Companhia adquiriu a participação residual de 20% das ações da MDF que eram detidas pela Dawn Farms, passando a deter 100% do controle da MDF;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

- (ii) Em dezembro de 2011, a Minerva S.A. adquiriu 5% das quotas do capital social da controlada em conjunto, até a data da referida transação, Brascasing Comercial Ltda., passando a deter 55% das quotas representativas do capital social da referida empresa, e conseqüentemente o seu controle. Por se tratar de uma operação enquadrada como uma “combinação de negócios em estágio”, a Companhia registrou sua participação e a participação dos não controladores, pelo seu valor justo, o que ocasionou o registro de uma mais valia (ágio por expectativa de rentabilidade futura) de R\$93.185. Após a aquisição integral da Empresa, o ágio passou para R\$98.094. Em 31 de dezembro 2015, realizou uma provisão para o valor recuperável no montante de R\$ 23.498, decorrente ao excesso de produção/oferta, com a redução do consumo mundial, principalmente desaquecimento pela China e a queda no preço do petróleo, impactando diretamente mercados como da Rússia, um dos principais mercados para seu negócio;
- (iii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Minerva S.A. adquiriu 100% das ações com direito a voto do Frigorífico Pulsa S/A, ocorrida em 22 de março de 2011, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$61.643;
- (iv) Durante o 4º trimestre de 2012, adquiriu 100% das ações da Frigomerc S/A, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$58.380. Em 16 de março de 2013 foi elaborado o aditamento ao contrato de compra e venda da Frigomerc S/A, que estabeleceu um complemento a título de Capital de Giro de R\$3.746 (USD1.830 mil), totalizando em 31 de dezembro de 2012 R\$62.126;
- (v) Durante o período findo em 30 de junho de 2014, a Minerva S.A. adquiriu 100% das ações com direito a voto do Frigorífico Matadero Carrasco S.A (FRIMACAR), ocorrida em 30 de abril de 2014, que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$34.700. Conforme cláusulas do contrato de aquisição foi realizado um acréscimo de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$13.073, totalizando um montante de R\$47.773;
- (vi) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Minerva S.A. incorporou 100% das ações com direito a voto da Mato Grosso Bovinos S.A, através da troca de 29 milhões de ações ordinárias emitidas pela Companhia (BEEF3), ocorrida em 01 de outubro de 2014 através da realização da AGEs (Assembleia Geral Extraordinária) das duas companhias, que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$174.278;
- (vii) Durante o 2º trimestre de 2013, a Minerva S.A. adquiriu o restante dos 8% das ações da Friasa S/A, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa futura (goodwill) no montante de R\$7.233, totalizando em 30 de junho de 2013 R\$9.298.

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS), anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade de seus ativos. Neste sentido, a planta industrial de Goianésia (GO), empresa anteriormente denominada como “Lord Meat”, por questões estratégicas, encontra-se sub utilizada, conforme nota explicativa nº 13. Em 31 de dezembro de 2015, a sua divisão de negócios “Casing” (anteriormente denominada Brascasing Ind. e Com.Ltda), registrou uma provisão no valor recuperável no montante de R\$ 23.498, conforme linha da DRE “Redução ao valor recuperável de ativo”, por conta de excesso oferta/produção, com a redução o consumo devido o menor crescimento mundial, principalmente o desaquecimento da China e a queda no preço do petróleo, essas quedas impactaram diretamente mercados como a Rússia, um dos principais destinos de sua produção.

Em atendimento aos termos do CPC 1 (R1) - (IAS 36), a Companhia avalia, no mínimo anualmente, a recuperabilidade (impairment) dos seus ativos intangíveis que não possuem vida útil estimada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

15. Empréstimos e financiamentos

Modalidades	Encargos Financeiros Incidentes	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Debêntures 4ª emissão (1)	CDI + 1,75% a.a.	-	-	300.371	299.442
Debêntures (1)	Taxa préfixada	-	-	-	-
BNDES (2)	TJLP + Spread	-	-	55.829	70.879
FINEP (3)	TJLP + Spread	-	-	19.860	27.950
Arrendamento Mercantil (1)	TJLP + 3,5% a.a.	-	-	2.604	4.442
Cedula de Crédito Bancário (1)	Taxa 8,5% a.a.	-	-	7.075	61.203
Cedula de Crédito Bancário (1)	CDI + spread	275.796	334.876	487.236	334.876
NCE (1)	CDI + spread	-	-	365.482	396.636
Progeren	3,9% a.a. + TJLP	-	-	4.184	14.220
IFC (1)	CDI + spread	-	-	133.578	141.807
FIDC	CDI + spread	-	-	26.171	22.897
Outras Modalidades (1)	TJLP + Spread	-	-	-	1.453
		<u>275.796</u>	<u>334.876</u>	<u>1.402.390</u>	<u>1.375.805</u>
Moeda Estrangeira (Dólar Americano)					
ACCs (5)	Juros de 1,00% a 4,00% a.a. + variação cambial	-	-	510.792	399.740
NCE (5)	Juros de 3,60% a.a. + Variação cambial	-	-	368.136	95.300
Senior Unsecured Notes - (5)	Variação Cambial + Juros	-	-	3.714.354	3.061.026
Notas perpétuas (5)	Variação Cambial + Juros de 8,75% a.a.	-	-	1.157.581	801.769
PPE (1)	Juros de 2,7% o ano + Libor	-	-	74.584	79.696
Operação 4131 (5/8)	Variação Cambial + Juros	-	-	215.237	-
Outras Modalidades	Variação Cambial + Juros	-	-	84.520	96.491
Instrumentos Financeiros de proteção - Derivativos		-	-	(243.831)	(226.011)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.881.373</u>	<u>4.308.011</u>
Total dos Empréstimos		<u>275.796</u>	<u>334.876</u>	<u>7.283.763</u>	<u>5.683.816</u>
Circulante		275.796	274.876	1.822.310	1.021.729
Não circulante		-	60.000	5.461.453	4.602.087

A Companhia ofereceu as seguintes garantias aos empréstimos captados:

- (1) Aval/Fiança da controladora VDO Holdings S.A e/ou aval dos acionistas da VDO Holdings S.A.;
- (2) Hipoteca;
- (3) Alienação de equipamentos;
- (4) Notas promissórias avalizadas pelas controladas Minerva Alimentos, PUL e Frigomerc;
- (5) Fiança ou Aval da Companhia;
- (6) Fiança da controladas Minerva Alimentos, PUL e Frigomerc garantindo a Companhia;
- (7) Fiança bancária;
- (8) STLC (Stand by letter of Credit).

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

As parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo (consolidadas) possuem a seguinte composição, por ano de vencimento, em 31 de dezembro de 2015:

	Consolidado								
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Perpétuo	Total
Arrendamento	943	695	18	-	-	-	-	-	1.656
BNDES	15.042	9.288	9.288	774	-	-	-	-	34.392
CCB	5.855	5.313	5.313	5.313	5.313	5.646	-	-	32.753
Debêntures	-	298.406	-	-	-	-	-	-	298.406
FINEP	7.674	3.837	-	-	-	-	-	-	11.511
IFC	17.215	17.215	17.215	17.215	17.215	17.215	8.607	-	111.897
NCE	372.784	15.400	-	-	-	-	-	-	388.184
Pré Embarque	35.143	-	-	-	-	-	-	-	35.143
Senior Unsecured Notes	94.298	-	192.265	-	-	392.516	2.896.877	-	3.575.956
Notas perpétuas	-	-	-	-	-	-	-	1.157.581	1.157.581
Financeiros de proteção									
- Derivativos	(186.026)	-	-	-	-	-	-	-	(186.026)
	<u>362.928</u>	<u>350.154</u>	<u>224.099</u>	<u>23.302</u>	<u>22.528</u>	<u>415.377</u>	<u>2.905.484</u>	<u>1.157.581</u>	<u>5.461.453</u>

A segue detalhamos os principais empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2015, bem como destacamos que a mesma cumpriu naquela data com todas as cláusulas contratuais restritivas (covenants) a seguir evidenciadas em cada modalidade de empréstimos e financiamentos:

IFC - International Finance Corporation

Em setembro de 2013, o IFC e a Minerva S.A celebraram um contrato de financiamento com prazo de 10 anos, no montante de R\$ 137.718, desembolsado em 24 de outubro de 2013. O saldo da dívida em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 133.578, cujo, os juros são calculados através do CDI + Spread, pagos semestralmente. A dívida vence em 15 de abril de 2023.

Notes/títulos de dívida no exterior

A Minerva S.A, por meio de suas subsidiárias, Minerva Overseas Ltd. e Minerva Overseas Ltd II, emitiram títulos de dívida no exterior no montante de US\$ 200.000 mil e US\$250.000 mil, respectivamente. As Notes são garantidas pela Companhia. e vencem em 2017 e 2019, respectivamente. Adicionalmente, em fevereiro de 2012, a Companhia efetivou a emissão de US\$350.000 mil em "Notes" no mercado internacional, com vencimento em fevereiro de 2022, por meio de sua subsidiária integral Minerva Luxembourg S.A. ("Emissora"). Ainda relativas à está operação, a Companhia concluiu em março de 2012 o Re-Tap da operação de notes com vencimento em fevereiro de 2022, no montante de US\$100.000 mil, com o mesmo vencimento em fevereiro de 2022. Em agosto de 2014, a Companhia concluiu o Re-Tap da operação de notes com vencimento em janeiro de 2023, no montante de US\$ 200.000 mil, com o mesmo vencimento em janeiro 2023.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

As Notes emitidas pela Minerva Overseas I e II (Bonds 2017 e 2019, respectivamente), pagam cupons semestrais a uma taxa de 9,5% e 10,875% ao ano, e as operações de Notes emitidos pela Minerva Luxembourg (Bonds 2022 e Re-Tap) pagam cupons semestrais a uma taxa de 12,25% ao ano e (Bonds 2023 e Re-Tap) pagam cupons semestrais a uma taxa de 7,75% ao ano. A Companhia prestará garantia de todas as obrigações da Emissora, no âmbito da referida emissão.

As Notes (Bond 2022 e Re-Tap) e (Bond 2023 e Re-Tap) não foram registradas de acordo com o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado ("Securities Act"), e não podem ser oferecidas ou vendidas nos Estados Unidos, exceto em operações registradas de acordo com o Securities Act, ou isentas das exigências de registro. As principais cláusulas de vencimento antecipado das Notes são: (i) o não cumprimento das obrigações previstas no confidential offering circular, inclusive no tocante a limitação de divisão de dividendos e alteração do controle societário, conforme mencionado no item (iv) abaixo; e (ii) o não pagamento de qualquer note quando estiver vencida.

As Notes e as debêntures contem previsão da manutenção de um covenant financeiro através do qual se mede a capacidade de cobertura da dívida em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

O índice contratual de ambos os instrumentos indica que o nível de cobertura da dívida não pode ultrapassar 3,5 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Para estes fins, considera-se: (I) "Dívida Líquida" - significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, desconsiderando as variações cambiais ocorridas no período desde a captação da dívida, diminuído do somatório de (i) disponibilidades (conforme definido abaixo) e (ii) "expurgos" (conforme definido abaixo); (II) "Disponibilidades" - significa a soma do saldo das seguintes contas do balanço patrimonial da Companhia: "Caixa e equivalentes de caixa" e "Títulos e valores mobiliários"; (III) "Expurgos" - significa uma série de exceções, incluindo, mas não limitando à variação cambial desde a emissão do título, ou dívidas permitidas, relacionadas a transações específicas. Em resumo, essas exceções incluem refinanciamentos de dívidas existentes, diante determinadas circunstâncias e captações de divisas para diversas aplicações, algumas das quais para fins específicos, num total de US\$141.000 mil, além disso, todas as despesas relacionadas à variação cambial desde a emissão dos referidos títulos também é considerado para efeito de expurgo; (IV) "EBITDA" - significa o valor calculado pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, igual à soma das receitas líquidas, diminuídas de: (i) custo dos serviços prestados, (ii) despesas administrativas, somadas de (a) despesas de depreciação e amortização, (b) resultado financeiro líquido, (c) resultado com equivalência patrimonial e (d) impostos diretos. Vale ressaltar, ainda, que os covenants financeiros se referem à permissão ou não para incorrer em novas dívidas, executando-se para tanto, todas as novas dívidas referentes a refinanciamento, além de um montante pré-definido para linhas de capital de giro e investimentos. Os covenants são calculados com base nas demonstrações contábeis consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

No processo de emissão das referidas Notes (2022 e Re-Tap), a Minerva S.A incorreu em custos de transação de R\$ 25.735, àquela data, tais custos foram capitalizados em conta redutora do passivo dessas Notes e os mesmos estão sendo amortizado pro rata temporis a partir da data de emissão até o seu vencimento em 2022.

Em 13 de fevereiro de 2013, a Minerva S.A concluiu a “oferta de recompra de títulos” representativos de dívida emitidos no exterior (Bonds) por subsidiárias da Companhia, com vencimentos previstos para 2017, 2019 e 2022. Por meio da “oferta de recompra antecipada” foram recomprados: US\$ 10.685 mil (R\$ 21.017, àquela data) do montante principal das Notas 2017, equivalente a aproximadamente 32% das Notas 2017 em circulação, US\$ 317.976 mil (R\$ 625.459, àquela data) o montante principal das Notas 2019, equivalente a aproximadamente 85% das Notas 2019 em circulação e US\$ 320.137 mil (R\$ 629.709, àquela data) do montante principal das Notas 2022, equivalente a aproximadamente 71% das Notas 2022 em circulação.

Parte desta oferta consistiu no pagamento de prêmio aos detentores dos títulos, embutido e implícito na operação e nas relações propostas de troca, no valor de US\$ 147.064 mil, que são amortizados na conta despesas contábeis durante o prazo vigente das referidas Notas 2023.

A oferta de recompra antecipada dos títulos de dívida foi realizada utilizando-se os recursos obtidos com a emissão das Notas 2023 (sobre as quais incidirão juros de 7,75% ao ano) e faz parte de uma estratégia clara de gestão de passivos, que visa o constante melhoramento no custo de dívida da Minerva S.A. A aceitação de mais de 75% dos detentores do total das Notas com vencimentos previstos para 2017, 2019 e 2022 no processo de recompra demonstra que a Companhia tem obtido resultados bem-sucedidos na implementação de sua estratégia.

Em 30 de dezembro de 2015, a Minerva S.A concluiu o processo de cancelamento das Notas que foram recompradas a mercado desde o segundo semestre de 2013, estando registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, quanto na rubrica empréstimos e financiamentos. As Notas canceladas tinham vencimentos previstos para 2019, 2022 e 2023. Foram canceladas: US\$ 6.533 do montante principal das Notas 2019 (R\$ 25.510, àquela data), US\$ 24.355 do montante principal das Notas 2022 (R\$ 95.101, àquela data) e US\$ 181.985 do montante principal das Notas 2023 (R\$ 710.615, àquela data), totalizando um montante de US\$ 212.873 (R\$ 831.226). O passivo relacionado aos Notes, em 31 de dezembro de 2015, nas demonstrações contábeis consolidadas, é de R\$ 3.714.354 (R\$ 3.061.026 em 31 de dezembro de 2014).

Notas perpétuas

No dia 27 de março de 2014, a Minerva S.A. concluiu a emissão de notas perpétuas no mercado internacional no montante de US\$ 300.000 mil, com pagamentos semestrais a uma taxa de 8,75% ao ano, por meio de sua subsidiária integral Minerva Luxembourg S.A.

A emissão das notas teve como objetivo alongar o prazo médio de vencimento da dívida da Companhia e melhorar a estrutura de capital, através da utilização de um instrumento diferenciado de captação, diversificando ainda mais a base de investidores. A liquidação da operação ocorreu no dia 3 de abril de 2014. A Companhia prestará garantia de todas as obrigações da Emissora, no âmbito da referida emissão. O passivo relacionado das notas perpétuas, em 31 de dezembro de 2015, nas demonstrações contábeis consolidadas é de R\$ 1.157.581.

FINEP

Em 18 de janeiro de 2010, foi celebrado o Contrato de Financiamento (Código 0210000300) entre a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (uma divisão do BNDES) e a Minerva Dawn Farms Indústria e Comércio de Proteínas S.A., cujo valor total foi de R\$ 57.208. O saldo da dívida consolidada, em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 19.860 (R\$ 27.950 em 31 de dezembro de 2014), sendo que os juros aplicados à taxa de 4,5% ao ano. A dívida vence em 15 de junho de 2018, mas poderá ser objeto de vencimento antecipado se, dentre outras hipóteses: (i) a financiada aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado ou em desacordo com o cronograma de desembolso; (ii) houver a paralisação culposa do projeto objeto do financiamento; ou (iii) ocorrerem outras circunstâncias que, a juízo do FINEP, tornem inseguro ou impossível o cumprimento pela financiada das obrigações assumidas no contrato ou a realização dos objetivos para os quais foi concedido o financiamento.

Este contrato está garantido por hipotecas sobre certos imóveis da Companhia localizadas em Barretos e Palmeiras de Goiás, além de conter uma fiança por membros da família Vilela de Queiroz.

Financiamento de Equipamentos - BASA

Em 21 de dezembro de 2007 foi celebrado, entre a Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A. e o Banco da Amazônia S.A., o Contrato Particular no valor de R\$ 53.793, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 representava R\$ 36.999 (R\$ 47.597 em 31 de dezembro de 2014). Tal dívida vence no prazo máximo de 144 meses contados a partir da formalização da escritura das debêntures. O instrumento de financiamento prevê algumas restrições à financiada, quais sejam: (i) a Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A. se obrigou a não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e do Banco da Amazônia S.A., excetuando-se (a) os empréstimos para atender os negócios de gestão ordinária da financiada, ou com a finalidade de mera reposição ou substituição material; e (b) os descontos de efeitos comerciais de que a financiada seja titular, resultantes de venda ou prestação de serviços; e (ii) a Minerva Indústria e Comércio de Alimentos se obrigou a subordinar as mudanças no seu quadro societário à prévia aprovação pela SUDAM, ouvido o Banco da Amazônia S.A.

i. Grau de subordinação

Em 31 de dezembro de 2015, 3,65% da dívida total da Companhia e suas controladas eram garantidas por garantias reais (4,63% em 31 de dezembro de 2014).

ii Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As Notes também possuem cláusulas que limitam à Minerva S.A (i) a novos endividamentos caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja maior que 3.75/1.00 e 3.50/1.00, respectivamente; (ii) a distribuição de dividendos, nesse sentido, o Minerva se compromete a não fazer e a não permitir que suas subsidiárias realizem o pagamento de qualquer distribuição de dividendos ou façam qualquer distribuição de seus juros sobre capital investido mantidos por outros que não o e suas subsidiárias (exceto (a) dividendos ou distribuições pagos em interesses qualificados do Minerva; e (b) dividendos ou distribuições devidos por uma subsidiária, em uma base pro rata ou base mais favorável ao Minerva, (iii) a alteração do controle societário; e (iv) a alienação de ativos, a qual só poderá ser realizada mediante a observância dos requisitos estabelecidos, entre eles no caso de venda de ativos é necessário que o valor da venda seja o valor de mercado.

A CCB emitida em favor do BNDES contém previsão de vencimento antecipado do instrumento no caso de haver a inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da Minerva S.A., ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos de dispositivo que importe em: (i) restrições à capacidade de crescimento da Companhia ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da Companhia a novos mercados; ou (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da cédula de crédito bancário.

A CCB datada em 07 de janeiro de 2009, emitida pela Minerva S.A. junto ao Banco da Amazônia S.A., contém cláusulas de vencimento antecipado da dívida no caso de haver a transferência do controle do capital da Companhia sem o prévio e expresso consentimento do credor por escrito.

iii Operação estruturada

Durante o 2º trimestre de 2012, a Minerva S.A. e seus assessores financeiros estruturaram uma emissão de debêntures não conversíveis, com vencimento em 29 de janeiro de 2022, no montante de R\$450.000. Essa operação foi estruturada de modo a ter um efeito neutro na composição de ativos e passivos da Companhia.

4º Emissão de debêntures não conversíveis

Em 15 de junho de 2013, a Minerva S.A. realizou uma oferta de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$300.000, com vencimento em 15 de junho de 2018. A oferta foi realizada através de colocação de esforços restritos (CVM Instrução 476). O montante total do principal é de R\$ 300.000 e sua remuneração corresponde à variação acumulada (taxa efetiva) de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI), capitalizada de uma sobretaxa equivalente a 1,75% a.a. Os recursos foram destinados ao alongamento do perfil das dívidas da Companhia e reforço de seu capital de giro. As debêntures contam com garantia fidejussória e tem como fiadora a VDO Holdings S.A. No processo de emissão das referidas debêntures, a Companhia incorreu em custos de transação no montante de R\$ 3.153, que será amortizado integralmente até o exercício de 2018, contabilizados nas suas demonstrações contábeis como redução do próprio passivo, a serem amortizados pelo período de vigência destas debêntures. Em 31 de dezembro de 2015, o montante é de R\$ 300.371.

Não existem quaisquer prêmios obtidos, bom como cláusulas de repactuação durante o processo da captação das referidas debêntures.

16. Fornecedores

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Nacionais	443.217	522.885
Estrangeiros	35.596	37.050
	<u>478.813</u>	<u>559.935</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

17. Obrigações trabalhistas e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas				
Salários e pró-labore	-	-	8.362	10.752
Encargos sociais - FGTS e INSS (empregados e terceiros)	-	-	16.082	13.471
Provisão de férias/13º e encargos	-	-	41.725	39.337
Outros proventos e encargos	-	-	4.294	3.971
Total Trabalhista	-	-	70.463	67.531
Tributárias				
Parcelamento INSS	-	-	-	1.114
ICMS A RECOLHER	-	-	28.047	33.005
IRPJ	-	-	5.589	3.240
Contribuição Social sobre Lucro	79	9	1.003	12
Outros tributos e taxas	-	-	15.062	8.038
Total tributárias	79	9	49.701	45.409
Total geral	79	9	120.164	112.940
Circulante	79	9	99.922	89.973
Não circulante	-	-	20.242	22.967

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil, bem como para refletir os créditos fiscais decorrentes da reavaliação de ativos e, encontram-se distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Adições Temporárias		
Provisões Diversas	46.963	9.568
Valor Justo do Ativo Biológico	479.200	455.891
Exclusões Temporárias		
Provisões Diversas	(51.083)	(29.910)
Valor Justo do Ativo Biológico	(471.698)	(487.645)
Base de cálculo tributos diferidos	3.382	(52.096)
IR/CS diferidos - diferença temporária	1.150	(17.713)
IR/CS Diferido sobre Prejuízo fiscal	(4.290)	26.616
IR/CS diferidos total	(3.140)	8.903

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
 Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

A seguir, apresentamos a movimentação no exercício dos passivos fiscais diferidos, relativos a tributos diferidos incidentes sobre reserva de reavaliação, diferenças temporárias e diferenças decorrentes da aplicação das práticas contábeis internacionais - IFRS:

	Consolidado					
	Saldo em 1º de janeiro de 2015	Reconhecidos no resultado	Realização do tributos diferidos	Saldo por aquisição de investimento	Ajuste de conversão	Saldo em 31 de dezembro de 2015
Tributos sobre reserva de reavaliação	33.451	-	(3.327)	-	-	30.124
Tributos s/ ajuste de ativos biológicos	17.161	160.377	(162.928)	-	-	14.610
Tributos s/ mais valia em controlada	48.532	-	-	-	-	48.532
Outros tributos diferidos	(7.684)	17.368	(15.967)	-	(150)	(6.433)
Total passivos fiscais diferidos	91.460	177.745	(182.222)	-	(150)	86.833

A Administração, com base em orçamento, plano de negócios e projeção orçamentária, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, sejam realizados até o exercício findo em 2019.

a. Corrente - a pagar

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

b. Reconciliação dos saldos e das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Resultado antes dos impostos	(261.957)	(120.101)	(1.007.873)	(419.514)
Adições				
Diferenças temporárias	-	-	47.677	130.215
Diferenças permanentes	263.198	120.182	815.732	135.838
Realização de diferenças temporárias	-	-	(2.662)	(9.061)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	3.429	3.430
Efeitos da adoção inicial de IFRS	-	-	1.759.595	1.585.586
Exclusões				
Diferenças temporárias	-	-	(11.529)	(21.417)
Diferenças permanentes	-	-	(536.245)	(66.094)
Efeitos da adoção inicial de IFRS	-	-	(1.777.317)	(1.665.572)
Base de cálculo dos tributos	1.241	81	(709.193)	(326.589)
Realização dos prejuízos fiscais	(373)	(24)	(24.190)	(191)
Base de cálculo após prejuízo a compensar	868	57	(733.383)	(326.780)
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda a pagar	(194)	(9)	(40.123)	(7.364)
CSLL a pagar	(78)	(5)	(11.048)	(176)
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	(272)	(14)	(51.171)	(7.540)
Taxa efetiva - %	-31%	-25%	7%	2%

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, em conformidade com a legislação vigente, leia-se Lei nº 12.973/2014.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Com base em estudos e projeções efetuados para os exercícios seguintes e considerando os limites fixados pela legislação vigente, a expectativa da Administração da Companhia é de que os créditos tributários existentes sejam realizados no prazo máximo de seis anos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais, base negativa e das diferenças temporárias não sejam tomadas como indicativo de lucros líquidos futuros.

c. Considerações sobre a Lei nº 12.973 (MP 627 e IN 1397)

A Companhia analisou os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973/14 (conversão da Medida Provisória nº 627/13) e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações contábeis. Desta forma, a Administração da Companhia optou por não adotar o novo regime tributário em 2014.

19. Arrendamentos mercantis

A Minerva S.A. é arrendatária em vários contratos, os quais são classificados como arrendamento financeiro ou operacional.

a. Arrendamento financeiro

As operações de arrendamento financeiro (leasing financeiro) são reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem adquirido no ativo imobilizado.

b. Arrendamento operacional

O arrendamento operacional (leasing operacional) permanece com o critério contábil exigido pela Lei societária vigente, ou seja, é reconhecida mensalmente a despesa incorrida com o pagamento do arrendamento. A Companhia possui atualmente três contratos de arrendamento operacional, sendo duas plantas localizadas em Assunção no Paraguai através de sua controlada Frigomerc S.A e uma planta localizada em Batayporã/MS.

O demonstrativo de arrendamento mercantil segue:

Bem arrendado	Taxa média ponderada de juros	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Montante da despesa 31/12/2015	Montante da despesa 31/12/2014
Planta Industrial Brasil (1)	IPCA + 11% @ boi / IGPM	dez/15	1.500	1.500
Plantas Industriais Paraguai (2)	Fixo + Variação Cambial	ago/18	3.928	-
			<u>5.428</u>	<u>1.500</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

20. Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis

Sumários dos passivos contingentes contabilizados

A Companhia e suas controladas são partes integrantes em diversas demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais e melhores estimativas de sua Administração. As principais informações desses processos encontram-se assim representadas:

Processos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contingências fiscais	-	-	1.890	11.290
Contingências para reclamações trabalhistas	-	-	15.642	12.998
Contingências cíveis	-	-	1.496	1.496
	-	-	19.028	25.784

Descrição dos passivos e créditos contingentes por natureza trabalhista, cível e tributária

Contingências trabalhistas

A maior parte dessas reclamações trabalhistas envolve reivindicações de horas extras, horas in itinere, adicional de insalubridade e pausa térmica. Com base no posicionamento dos advogados patrocinadores dessas demandas judiciais e experiência acumulada pela Administração em casos semelhantes, foram estabelecidas provisões para as ações trabalhistas, cuja estimativa é provável de perda, em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 13.681 na controladora e R\$ 15.642 no consolidado, (R\$ 10.700 na controladora e R\$ 12.998 no consolidado, em 31 de dezembro de 2014).

Outros processos (Expectativa de perda possível)

Outros processos de natureza fiscal e cível

Em 31 de dezembro de 2015, a Minerva S.A. e suas controladas possuíam em andamento outros processos de natureza fiscal e cível, no montante de aproximadamente R\$ 42.913 e R\$ 1.494, respectivamente, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

Trabalhista e previdenciário.

Em 31 de dezembro de 2015, a Minerva S.A. e suas controladas possuíam em andamento outros processos de natureza trabalhista (Ações Cíveis Públicas e Ações Coletivas), no montante de aproximadamente R\$8.924, cuja probabilidade é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

Funrural

Em 12 de março de 2003, a Minerva S.A. impetrou Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Novo Funrural. Para evitar e perder o direito de exigir a contribuição do Novo Funrural, o INSS emitiu várias notificações fiscais contra a Companhia até a presente data. O montante envolvido nessas notificações, cuja probabilidade é possível de perda é de aproximadamente de R\$ 83.159.

ICMS

A Minerva S.A. sofreu notificação fiscal, lavrada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, por suposta omissão de pagamento de ICMS substituição tributária pelas operações realizadas no intervalo de março a outubro de 2005, referente à aquisição de gado bovino, cujo destino posterior foi a transferência para outras filiais da Companhia. O montante envolvido nesta discussão, cuja probabilidade é possível de perda é de aproximadamente de R\$ 30.641.

21. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, está representado por 17.366.515 (idêntico em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias, nominativas e sem valor original, no montante de R\$ 17.367 (idêntico em 31 de dezembro de 2014 totalmente integralizado)

b. Reserva de reavaliação

Decorrente de efeito reflexo no cálculo da equivalência patrimonial da controlada, a qual, em consonância aos dispositivos da Lei nº 11.638 de 2007, optou por manter a reserva de reavaliação constituída até 31 de dezembro de 2007, até que ocorra sua completa realização, o que deve ocorrer por depreciação ou alienação dos bens reavaliados.

c. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal que não pode exceder 20% do capital social.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

22. Informações de segmento

	Segmentos de negócios					
	Boi Vivo		Carne		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas Líquidas	713.991	816.960	8.810.806	6.170.270	9.524.797	6.987.230
CPV	(576.677)	(654.665)	(7.025.262)	(4.978.990)	(7.601.939)	(5.633.655)
Despesas Operacionais	(77.070)	(82.021)	(893.408)	(678.078)	(970.478)	(760.099)
Redução ao valor recuperável de ativo	-	-	(23.498)	-	(23.498)	-
Resultado Financeiro Líquido	35.689	(24.743)	(1.709.246)	(988.247)	(1.673.557)	(1.012.990)
Lucro Líquido antes impostos	95.933	55.531	(840.608)	(475.045)	(744.675)	(419.514)

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do cliente. Os ativos do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

A Companhia e suas controladas possuem como principais segmentos de negócios a produção e comercialização de carne in natura, boi vivo e seus derivados.

23. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita de venda de produtos - Mercado Interno	-	-	3.071.047	2.602.171
Receita de venda de produtos - Mercado Externo	-	-	6.988.960	4.852.234
Deduções da receita - impostos incidentes e outros	-	-	(535.210)	(467.175)
Receita operacional líquida	-	-	9.524.797	6.987.230

Como determina o parágrafo 2º do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, as projeções e estimativas divulgadas pelas Companhias abertas deverão ser revisadas periodicamente, em intervalo de tempo adequado ao objeto da projeção, que, em nenhuma hipótese, deve ultrapassar 1 ano. Adicionalmente, o parágrafo 4º do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, determina que a cada arquivamento de DFP ou ITR, a Companhia aberta deverá confrontar estas projeções com os resultados obtidos efetivamente, indicando eventuais distorções. A Companhia divulgou, em seu Formulário de Referência relativo ao exercício de 2014, projeções referentes à receita líquida para o ano de 2015. Observadas as premissas e variáveis indicadas no item 11.1 do Formulário de Referência da Companhia, estima-se que a receita líquida consolidada da Companhia de 2015 deverá ficar compreendida no intervalo de R\$ 9,5 bilhões a R\$ 10,5 bilhões. Em 31 de dezembro de 2015, a receita líquida consolidada da Companhia foi de R\$ 9.524.797, com isso, a Companhia ficou dentro das projeções e estimativas divulgadas em seu Formulário de Referência do exercício de 2014.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

24. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas Financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	5.670	11.269	111.394	87.991
Outras receitas financeiras	7.203	5.875	-	-
	<u>12.873</u>	<u>17.144</u>	<u>111.394</u>	<u>87.991</u>
Despesas Financeiras:				
Juros com financiamentos	(11.546)	(8.950)	(804.058)	(502.303)
Outras despesas/receitas financeiras	(13)	(8.036)	153.008	(134.240)
	<u>(11.559)</u>	<u>(16.986)</u>	<u>(651.050)</u>	<u>(636.543)</u>
Varição Cambial Líquida	-	-	(1.126.698)	(464.438)
Resultado financeiro líquido	<u>1.314</u>	<u>158</u>	<u>(1.666.354)</u>	<u>(1.012.990)</u>

25. Lucro líquido/(prejuízo) por ação

a. Lucro líquido/(prejuízo) básico

O lucro líquido/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Básico	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(262.229)	(120.115)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas - milhares	17.367	17.367
Média ponderada das ações em tesouraria	-	-
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	<u>17.367</u>	<u>17.367</u>
Prejuízo básico por ação - R\$	<u>(15,09927)</u>	<u>(6,91628)</u>

b. Lucro (prejuízo) básico diluído

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: debêntures mandatoriamente conversíveis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

Diluído	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(262.229)	(120.115)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	17.367	17.367
Ajuste por conversão de debêntures mandatoriamente conversíveis	-	-
Ajuste por opções de compra de ações - milhares	-	-
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o prejuízo diluído por ação - milhares	17.367	17.367
Lucro (prejuízo) diluído por ação - R\$	(15,10)	(6,92)

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio e de juros, riscos de créditos e de preços na compra de gado. Em sua política de gestão de investimentos, a Companhia prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos para sua proteção contra estes fatores de risco. Adicionalmente, a Companhia também pode contratar instrumentos financeiros derivativos com objetivo de colocar em prática estratégias operacionais e financeiras definidas pela Diretoria executiva e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos de mercado é efetuado por meio da aplicação de dois modelos, a saber: cálculo do VaR (Value at Risk) e do cálculo de impactos pela aplicação de cenários de stress. No caso do VaR, a Administração utiliza duas modelagens distintas: VaR Paramétrico e VaR Simulação de Monte Carlo. Ressalta-se que o monitoramento de riscos é constante, sendo calculado pelo menos duas vezes ao dia.

Vale ressaltar que a Companhia não se utiliza de derivativos exóticos e não possui nenhum instrumento dessa natureza em sua carteira.

a. Política das Operações de Hedge da Tesouraria

A execução da gestão da política de hedge da Companhia é de responsabilidade da Diretoria de Tesouraria e segue as decisões tomadas pelo Comitê de Riscos, o qual é composto por membros da Diretoria Executiva da Companhia e colaboradores.

A supervisão e o monitoramento do cumprimento das diretrizes traçadas pela política de hedge são de responsabilidade da Gerência Executiva de Riscos subordinada à Presidência e ao Comitê de Riscos.

A política de hedge da Companhia é aprovada pelo seu Conselho de Administração, e leva em consideração seus dois principais fatores de risco: câmbio e boi gordo.

I. Política de hedge cambial

A política de hedge cambial visa proteger a Companhia das oscilações de moedas, dividida em dois segmentos:

1. Fluxo

As estratégias de hedge de fluxo são discutidas diariamente no Comitê de Mercados.

O hedge do fluxo tem como objetivo garantir o resultado operacional da Companhia e proteger o seu fluxo de moedas que não seja o Real, com horizonte de até um ano.

Para a realização desses hedges podem ser utilizados instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como: operações de dólar futuro na BM&F, NDFs, captações em moeda estrangeira, opções e entrada de recursos em dólares.

2. Balanço

O hedge de balanço é discutido mensalmente na reunião do conselho administrativo.

A política de hedge de balanço tem como objetivo proteger a Companhia de seu endividamento em moeda estrangeira de longo prazo.

A exposição de balanço é o fluxo de dívida em dólares norte-americanos com prazo maior que um ano.

Podem ser utilizados instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como: retenção de caixa em dólares norte-americanos, recompra de bonds, NDFs, contratos futuros na BM&F, Swaps e opções.

II. Política de hedge de Boi

A política de hedge de boi tem como objetivo minimizar os impactos da oscilação do preço da arroba bovina no resultado da Companhia. A política se divide em dois tópicos:

1. Boi a Termo

Com o objetivo de garantir matéria-prima, principalmente para o período de entressafra bovina, a Companhia compra bois com entrega futura e utiliza a BM&F para venda de contratos futuros, minimizando o risco direcional da arroba bovina.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

Podem ser utilizados instrumentos de boi gordo disponíveis no mercado, como: contratos futuros de boi gordo na BM&F e opções sobre contratos futuros de boi gordo na BM&F.

2. Trava da Carne Vendida

Com o objetivo de garantir o custo da matéria-prima utilizada na produção de carne, a Companhia se utiliza da BM&F para compra de contratos futuros, minimizando o risco direcional da arroba bovina e travando a sua margem operacional obtida no ato da venda da carne.

Podem ser utilizados instrumentos de boi gordo disponíveis no mercado, como: contratos futuros de boi gordo na BM&F e opções sobre contratos futuros de boi gordo na BM&F.

Quadro Demonstrativo das Posições em Derivativos

Os quadros demonstrativos das posições em instrumentos financeiros derivativos foram elaborados de forma a apresentar os contratados pela Companhia no exercício findo de 31 de dezembro de 2015 e 2014, de acordo com a sua finalidade (proteção patrimonial e outras finalidades):

Descrição	Proteção Patrimonial					
			Valor justo em R\$ mil		Efeito acumulado em R\$ mil	Valor a pagar/ (pago)
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	Valor a receber/ (recebido)	
Contratos Futuros:						
Compromissos de compra						
DOL (US\$)	247.750	-	991.588	-	44.101	-
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arrobas)	1.504	-	226.494	-	1.574	-
Milho (sacas)	-	41	-	1.187	79	-
Compromissos de venda						
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
DOL (US\$)	231.000	-	924.548	-	-	9.911
BGI (arrobas)	705	1.783	106.392	253.537	-	546
Soja (sacas)	-	81	930	4.955	101	-
Contratos de Opções						
Posição titular - Compra						
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Posição titular - Venda						
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arrobas)	5	415	-	486	-	29
Posição lançadora - Compra						
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Posição lançadora - Venda						
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arrobas)	5	415	-	15	29	-
Contratos a termo						
Posição Comprada						
NDF (dólar)	1.579.165	-	1.503.348	-	66.250	-
Posição Vendida						
NDF (boi)	-	-	-	-	1.040	-
NDF (euro)	63.254	330.482	63.972	13.231	-	5.077
NDF (dólar)	474.987	1.044.685	510.640	1.039.314	-	29.224

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

Os valores referenciais são aqueles que representam o valor de base, ou seja, o valor de partida, contratação da operação, para cálculo das posições e do valor a mercado.

Os valores justos foram calculados da seguinte forma:

- Contratos Futuros de venda de DOL: Os contratos futuros de dólar negociados na BM&F possuem valor de U\$ 50.000 (cinquenta mil dólares americanos) por contrato de notional e ajuste diário, o valor justo é calculado através do produto do “notional” em dólar pelo dólar de referência para o contrato divulgado pela BM&F;
- Contratos Futuros de venda BGI: Os contratos futuros de Boi Gordo negociados na BM&F possuem valor 330 arrobas, o valor justo é calculado através do produto do “notional” em reais por arroba pelo valor de referência para o contrato divulgado pela BM&F;
- Contratos a Termo Posição Vendida: NDF (Euro): Os contratos são realizados em mercado de “balcão”, por isso não possuem padronização e ajuste diário, seu valor justo é calculado através do produto do valor notional negociado e a taxa PTAX EURO venda divulgada pelo Banco Central;
- Contratos a Termo Posição Vendida: NDF (Dólar): Os contratos são realizados em mercado de “balcão”, por isso não possuem padronização e ajuste diário, seu valor justo é calculado através do produto do valor notional negociado e a taxa PTAX 800, venda divulgada pelo Banco Central.

Os valores justos foram estimados na data de fechamento das demonstrações contábeis, baseados em “informações relevantes de mercado”. Mudanças nas premissas e alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

A marcação a mercado das operações em aberto de balcão NDF, Swaps e Opções na BM&F - Bovespa está contabilizada em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 nas rubricas “NDF a receber/pagar”, “Swap” e “Opções a receber” consecutivamente:

Instrumentos financeiros derivativos	31/12/2015	31/12/2014
	Marcação a Mercado	Marcação a Mercado
Opções	-	84
Swap	265.891	244.257
NDF (EUR+DOL+BOI)	(44.474)	(18.246)
Total geral	<u>221.417</u>	<u>226.095</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

b. Riscos de Taxas de Câmbio e de Taxa de Juros

O risco de variação cambial e de taxa de juro sobre os empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, investimentos em moeda estrangeira e outras obrigações denominadas em moeda estrangeira são administrados podem ser administrados através da utilização de instrumentos financeiros derivativos negociados em bolsas, ou operações de balcão como swap, NDFs (Non Deliverable Forwards) e opções.

No quadro a seguir apresentamos a posição patrimonial consolidada da Companhia, especificamente relativa aos seus ativos e passivos financeiros, divididos por moeda e exposição cambial, permitindo a visualização da posição líquida de ativos e passivos por moeda, comparada com a posição líquida de instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção e administração do risco da exposição cambial:

	Consolidado		
	31/12/2015		
	Moedas		
	Nacional	Estrangeira	Total
Ativo			
Caixa	2.907	-	2.907
Bancos conta movimento	69.152	1.922.974	1.992.126
Aplicações financeiras	760.386	-	760.386
Contas a receber	256.664	509.521	766.185
Total do circulante	1.089.109	2.432.495	3.521.604
Total ativo	1.089.109	2.432.495	3.521.604
Passivo			
Financiamentos de curto prazo			
Financiamentos de curto prazo	835.976	1.044.139	1.880.115
Fornecedores	443.217	35.596	478.813
Total do circulante	1.279.193	1.079.735	2.358.928
Financiamentos de longo prazo			
Financiamentos de longo prazo	566.414	5.081.065	5.647.479
Total do não circulante	566.414	5.081.065	5.647.479
Total passivo	1.845.607	6.160.800	8.006.407
Dívida líquida financeira	756.498	3.728.305	4.484.803
Derivativos de proteção cambial - Posição Líquida	-	(243.831)	(243.831)
Posição cambial líquida	756.498	3.484.474	4.240.972

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

A posição líquida dos instrumentos financeiros derivativos é composta da seguinte forma:

Instrumentos financeiros (Líquido)	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)
	Líquida em 31/12/2015	Líquida em 31/12/2014
Contratos futuros - DOL (Dólar)	67.040	-
Contratos futuros - EUR	-	-
Contratos de opções (Dólar, Boi, Milho e IDI)	-	-
Contratos de "Swaps"	265.891	244.257
NDF (dólar + EURO + boi)	928.736	(1.375.167)
Total líquido	1.261.666	(1.130.910)

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015 e 2014 por valores aproximados aos de mercado, sendo apropriadas as respectivas receitas e despesas e estão apresentados nessas datas de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação. Ressalta-se que os valores relativos aos pedidos de exportações (compromissos firmes de venda) referem-se a pedidos de clientes aprovados ainda não faturados (portanto não contabilizados), mas que já estão protegidos do risco da variação de moeda estrangeira (dólar ou outra moeda estrangeira) por instrumentos financeiros derivativos.

A seguir, estão listados os contratos de NDFs possuídos pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2015:

Tipo	Posição	Moeda	Vencimento	Nocional
NDF	VENDA	DOL	15/01/2016	(7.500)
NDF	VENDA	DOL	01/02/2016	(120.600)
NDF	VENDA	DOL	04/02/2016	(7.500)
NDF	VENDA	DOL	10/02/2016	(9.168)
NDF	COMPRA	DOL	01/03/2016	285.000
NDF	COMPRA	DOL	01/04/2016	100.000
NDF	VENDA	EUR	28/04/2016	(1.005)

Riscos de Créditos

A Companhia é potencialmente sujeita a risco de créditos relacionados com as contas a receber de seus clientes, minimizado pela com a pulverização da carteira de clientes, dado que a Companhia não possui cliente ou grupo empresarial que represente mais que 10% do seu faturamento e pauta a concessão de créditos aos clientes com bons índices financeiros e operacionais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
 Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

c. Riscos de Preços na Compra de Gado

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, principal matéria-prima, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão desse risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, confinamento de gado e celebração de contratos de liquidação futura (balcão e bolsa), que garantam a realização de seus estoques em um determinado patamar de preços.

Mercado Balcão	Valor Justo 31/12/2015
Contrato a Termo Comprado	
Valor Nocial (@)	840.292
Preço do Contrato a Futuro (R\$/@)	142,64
Total R\$/1000	<u>119.863</u>
Mercado BM&F	Valor Justo 31/12/2015
Contrato Futuro Vendido	
Valor Nocial (@)	500.940
Preço do Contrato a Futuro (R\$/@)	148,62
Total R\$/1000	<u>74.451</u>

d. Quadro demonstrativo de sensibilidade de caixa

Os quadros demonstrativos de análise de sensibilidade têm por finalidade divulgar de forma segregada os instrumentos financeiros derivativos que, na avaliação da Companhia, têm o objetivo de proteção de exposição a riscos. Esses instrumentos financeiros são agrupados conforme o fator de risco que se propõem a proteger (risco de preço, taxa de câmbio, crédito, etc.).

Os cenários foram calculados com as seguintes premissas:

- Movimento de alta: caracteriza elevação nos preços ou fatores de risco em 31 de dezembro de 2015;
- Movimento de baixa caracteriza queda nos preços ou fatores de risco em 31 de dezembro de 2015;
- Cenário provável: impacto de 6%; Cenário de oscilação de 25%; e Cenário de oscilação de 50%.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

Os quadros demonstrativos de sensibilidade de caixa foram elaborados em atendimento à Deliberação CVM nº 475/08, levando em consideração apenas e tão somente as posições em instrumentos financeiros derivativos e seus impactos no caixa.

			Proteção Patrimonial (Valores em R\$ mil)		
Operação	Movimento	Risco	Cenário Provável Oscilação de 6%	Cenário Possível Oscilação de 25%	Cenário Remoto Oscilação de 50%
Derivativos Hedge	Alta	Boi	7.206	30.025	60.051
Gado	Alta	Boi	7.192	29.966	59.931
Net			14.398	59.991	119.982
Derivativos Hedge	Alta	Dólar	(57.254)	(238.560)	(195.270)
Invoices + Caixa - em \$US	Alta	Dólar	99.296	413.733	827.467
Net			42.042	175.173	632.197
Derivativos Hedge	Alta	Euro	(3.838)	(15.993)	(31.986)
Invoices - em \$EUR	Alta	Euro	3.983	16.595	33.190
Net			144	602	1.204

taxa de cambio USD 3,9048 - Ptax de venda (Fonte Banco Central)

taxa de cambio EUR 4,2648 - Ptax de venda (Fonte Banco Central)

Resultado do quadro de proteção patrimonial

- Derivativos Hedge x Gado: No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em uma ganho de R\$14.398, já no cenário com oscilação de 25% de R\$59.991 e na oscilação de 50% de R\$119.982;
- Derivativos Hedge x Invoices + Caixa em US\$: No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em um ganho de R\$ 42.042, já no cenário com oscilação de 25% de R\$ 175.173 e na oscilação de 50% de R\$632.197;
- Derivativos Hedge x Invoices + Caixa em EUR: No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em um ganho de R\$ 144, já no cenário com oscilação de 25% de R\$602 e na oscilação de 50% de R\$1.204.
- Derivativos Hedge No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em uma perda de R\$ 172.346, já no cenário com oscilação de 25% de R\$ 718.107 e na oscilação de 50% de R\$ 1.436.215.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

- Swap de ações: No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em uma perda de R\$ 5.016, já no cenário com oscilação de 25% de R\$ 20.899 e na oscilação de 50% de R\$ 41.797.

e. Margem de Garantia

Nas operações de bolsa, há a incidência de chamada de margem de garantia, sendo que para a cobertura das chamadas de margem a Companhia utiliza títulos de renda fixa públicos e privados, como CDBs, pertencentes à sua carteira, dessa forma mitigando impactos em seu fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2015, os valores depositados em margem representavam R\$ 58.520.

f. Contrato de swap de ações

Em reunião realizada em 14 de março de 2014 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração, junto ao Credit Suisse próprio Fundo de Investimento Multimercado ("Credit Suisse"), de contratos de troca de resultados de fluxos financeiro futuros (swaps).

27. Demonstrações dos resultados abrangentes

Atendendo o disposto no CPC 26 (R1) (IAS 1) - Apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia demonstra a seguir, a mutação dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Prejuízo do exercício	(262.229)	(120.115)	(798.986)	(418.151)
Ajuste de avaliação patrimonial	(60.137)	14.752	(122.815)	36.583
Total do resultado abrangente	<u>(322.366)</u>	<u>(105.363)</u>	<u>(921.801)</u>	<u>(381.568)</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(322.366)	(105.363)	(322.366)	(105.363)
Acionistas não controladores	-	-	(599.435)	(276.205)
Resultado abrangente total	<u>(322.366)</u>	<u>(105.363)</u>	<u>(921.801)</u>	<u>(381.568)</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outro modo)

28. Cobertura de seguros

A Minerva S.A. e suas controladas adotam uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As informações principais sobre a cobertura de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2015 podem ser assim demonstradas:

	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios	Incêndio e riscos diversos	470.921
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos diversos	606.686
Veículos e aeronaves	Incêndio e riscos diversos	20.560
Responsabilidade civil	Riscos nas operações	20.000
		<u>1.118.167</u>

A Minerva S.A. e suas controladas mantêm cobertura para todos os produtos transportados no País e no exterior. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

A Companhia possui seguro patrimonial de edifícios para todas as fábricas e centros de distribuição.

29. Eventos subsequentes

- Em 22 de janeiro de 2016, foi realizada assembleia geral extraordinária da Minerva S.A (Controlada) para examinar e analisar o aumento do capital social da Companhia no montante de até R\$ 1.555.882.473,60, com a subscrição particular de até 99.736.056 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 15,60 por ação, a serem integralizadas em moeda corrente nacional, sendo admitida a homologação do aumento de capital parcialmente subscrito, desde que sejam subscritas, no mínimo, 47.848.524 ações ordinárias, correspondendo a um aumento mínimo de R\$ 746.436.974,40. De acordo com o Fato relevante divulgado pela companhia em 23 de dezembro de 2015, este aumento de Capital Social está em linha com o acordo celebrado entre a Minerva S.A. (Controlada) e a SALIC, empresa controlada pelo fundo soberano da Arábia Saudita. Em 24 de fevereiro de 2016, foi efetivada a transferência para o aumento de capital na Minerva S.A. no montante de R\$ 746.436.974,40, o qual foi depositado na conta bancária, sendo subscritas e integralizadas 47.848.524. O Capital Social da Minerva S.A. passará a ser de R\$ 1.697.035 mil;
- Em 10 de fevereiro de 2017, a controlada Minerva S.A. (Companhia) exerceu a opção de recompra antecipada de seus títulos representativos da dívida que incidia juros anuais de 12,25% e com vencimento previsto para 2022 ("Notes 2022"). O Valor total desta dívida era de US\$ 105.508. O preço pago foi de 106,125% do valor de face, acrescido dos juros acruados e ainda não pagos naquela data;

- c) Em 1º de novembro de 2018, a Controlada Minerva S.A. (Companhia) lançou a oferta de recompra antecipada de títulos perpétuos representativos de dívida emitidos no exterior pela sua subsidiária Minerva Luxembourg S.A. com taxa de juros de 8,75%, títulos esses atualmente em aberto no mercado internacional;
- d) AGE Minerva S.A. (Controlada) - Em 15 de outubro de 2018, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital por subscrição privada de até R\$ 1.059 milhões, por meio da emissão de até 165 milhões de ações ao preço de R\$ 6,42. Como vantagem adicional, foram atribuídos Bônus de Subscrição de 3 (três) anos aos subscritores das ações objeto do aumento de capital. Os acionistas da Minerva S.A. (Controlada) que detinham até o final de 15/10/2018 tiveram o direito de subscrever as ações. Estes acionistas tiveram o direito de subscrever até 0,740347022 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal por cada ação ordinária de sua titularidade naquela data. Adicionalmente, na mesma Assembleia, foi aprovado o aumento do percentual previsto para a obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações da Companhia como mecanismo de proteção da dispersão de base acionária da Minerva S.A. (Controlada), a chamada "poison pill", que era de 20% e passou a ser de 33,34%;
- e) A Minerva S.A. (Controlada) apresentou ao mercado o anúncio dos estudos sobre a abertura do capital das unidades internacionais, a Athena Foods S.A. Após a conclusão do processo de integração entre as unidades, foi identificado a possibilidade de extrair valor das operações no Paraguai, Argentina e Uruguai, Colômbia e a distribuição no Chile e assim, foi anunciado junto aos resultados do 21TR2018 da Minerva S.A. (Controlada) a intenção de uma oferta pública inicial a bolsa de valores de Santiago, no Chile. Esse processo está em fase avançada de desenvolvimento, no qual a conclusão dessa operação ocorra já no primeiro semestre de 2019;
- f) A Companhia VDO Holdings S.A. concluiu em 15 de outubro de 2018 a emissão de 350.000 (trezentos e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, totalizando, na data da emissão, o valor de R\$ 350 milhões, com remuneração de 3,50% ao ano e vencimento em 15 de outubro 2023.